



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

EDUARDA DE OLIVEIRA BORGES
VICTÓRIA HARITCHELLY BISPO NUNES

A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO
SERVIÇO SOCIAL

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2024

EDUARDA DE OLIVEIRA BORGES
VICTÓRIA HARITCHELLY BISPO NUNES

**A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO
SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social (DSS), da Universidade Federal de
Sergipe (UFS), como requisito obrigatório
para obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social, sob orientação da Profª.
Dra. Maria Cecília Tavares Leite.

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2024

EDUARDA DE OLIVEIRA BORGES
VICTÓRIA HARITCHELLY BISPO NUNES

**A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO
SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

São Cristóvão, 16 de dezembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Cecília Tavares Leite
Departamento de Serviço Social – UFS
Orientadora

Dr^o. Fábio dos Santos Barbosa
1º Examinador

Ma. Juliane dos Santos
2ª Examinador

AGRADECIMENTOS

Victória Haritchelly Bispo Nunes.

Dedico este trabalho a mim mesma por ter persistido no meu sonho e resistido às adversidades para que ele viesse a se concretizar. Sou muito grata por todos os ensinamentos, vivências e encontros que a Universidade Federal de Sergipe (UFS) me proporcionou durante o processo de minha formação acadêmica. Sou muito feliz e orgulhosa sendo filha dessa casa e mais ainda por ter permitido que não somente eu passasse por ela, mas que também ela me atravessasse, apresentando amigos, professores excepcionais e experiências acadêmicas.

Agradeço ainda à minha orientadora Cecília por sempre nos orientar de forma acolhedora nos acalmando, a minha não só dupla de TCC, mas também de diversos momentos durante a graduação Eduarda. Gostaria também de agradecer o apoio dos meus familiares nesse percurso, em especial a minha irmã Maria Heloísa que foi meu combustível essencial para que eu chegasse até aqui e minha amiga Layla que está comigo tanto nas pequenas alegrias da vida adulta quanto nos momentos mais difíceis, sem dúvidas nenhuma ter ela nesse processo tornou tudo mais leve afinal de contas é como diz o mestre Emicida " tudo que nós tem é nós".

AGRADECIMENTOS

Eduarda de Oliveira Borges

Proveniente de um interior tão pequeno, onde o horizonte para novas oportunidades é limitado e criada por mulheres fortes, que não tiveram as mesmas oportunidades que as minhas, hoje estou aqui concluindo uma etapa tão importante e tão difícil dessa jornada acadêmica. Agradeço a Deus por ter me fortalecido em todos os momentos.

Agradeço imensamente a minha família que tanto me apoiou e me apoia, se esforçando cada um/a à sua maneira para que eu continue seguindo esse caminho. Agradeço à minha avó Anita, que hoje no auge dos seus 95 anos é uma inspiração de mulher para mim, agradeço a minha mãe Maria Joana, que tanto me apoia e me dá forças para continuar, agradeço às minhas tias e meu tio, a minha irmã. Cada um/a contribuiu para que esse momento se tornasse realidade.

Agradeço à minha namorada, Ana lara, por estar sempre ao meu lado e me apoiar em todos os momentos. A jornada acadêmica se tornou mais leve, pois tive pessoas incríveis ao meu lado, que me proporcionaram momentos incríveis e uma parceria sem igual, sou grata a Adriane, Aninha, Brenda, Micaelle e Noemí.

Agradeço à minha dupla de TCC, Victória, que compartilhou essa jornada tão difícil comigo, assim como a nossa orientadora Cecília, por toda a paciência e ensinamento. Sou grata por todas as pessoas que passaram pela minha vida e me apoiaram cada um/a a sua maneira. Por último e não menos importante, muito pelo contrário, agradeço a mim mesma por ter sido forte e persistente.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo identificar a relação, existente ou não, de contrariedade entre o avanço da extrema direita no Brasil e o Projeto Ético-Político do Serviço Social. A pesquisa, de natureza exploratória descritiva, teve como base teórica o materialismo histórico-dialético e a teoria crítica e foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica. Durante a pesquisa bibliográfica foram abordados temas referentes ao conceito de direita e extrema direita, assim como sua história no Brasil, como também assuntos relacionados a genealogia do Serviço Social no país, tratando de aspectos desde sua protoforma até o momento atual com o Código do/a assistente social de 1993. Foi pontuado como resultado a contrariedade do avanço da extrema direita frente ao projeto ético político da profissão. Assim, observou-se que os assistentes sociais enfrentam dificuldades para materializar seu projeto ético político, uma vez que o mesmo defende a justiça social por meio da defesa dos direitos sociais dos que são excluídos pela extrema direita, como os negros e a comunidade LGBTQIAPN+. Contudo, mesmo frente a essas dificuldades, os assistentes sociais se posicionam como agentes de resistência e transformação social, uma vez que o seu projeto ético-político atual foi fundado atrelado historicamente com a classe trabalhadora, com a defesa radical da democracia e da liberdade, em contraponto aos princípios e bandeiras da extrema direita.

Palavras-chave: Conservadorismo; Direitas; Extrema-direita; Projeto Ético-Político do Serviço Social.

ABSTRACT

The aim of this study was to identify the relationship, existing or not, between the advance of the extreme right in Brazil and the Ethical-Political Project of Social Work. The research, of an exploratory and descriptive nature, was based on historical-dialectical materialism and critical theory and was carried out by means of bibliographical research. During the bibliographical research, themes were addressed regarding the concept of the right and extreme right, as well as their history in Brazil, as well as issues related to the genealogy of Social Work in the country, dealing with aspects from its proto-form to the current moment with the 1993 Social Worker's Code. As a result, the far-right's advance against the profession's ethical and political project was highlighted. Thus, it was observed that social workers face difficulties in putting their ethical political project into effect, since it promotes social justice by defending the social rights of those who are excluded by the extreme right, such as blacks and the LGBTQIAPN+ community. However, even in the face of these difficulties, social workers position themselves as agents of resistance and social transformation, since their current ethical-political project was founded historically linked to the working class, with the radical defense of democracy and freedom, as opposed to the principles and flags of the extreme right.

Keywords: Conservatism; Rights; Extreme right; Ethical-Political Project of Social Work.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

AIB- Ação integralista Brasileira

ALN- Aliança Libertadora Nacional

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

CBCISS- Centro Brasileiro de Intercâmbio e Cooperação de Serviços Sociais, mais conhecido por sua sigla CBCISS

CEAS- Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo

CEP- Código de Ética Profissional

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

EAD - Ensino a Distância

GAS- Grupo de Ação Social

LGBTQIAPN+ - Lésbica, Gay, Bissexual, Transsexual, Queer, Interssexual, Assexual Pansexual, Não Binários e mais

MDB- Movimento Democrático Brasileiro

MBL- Movimento Brasil Livre

MST- Movimento Sem Terra

PFL- Partido da Frente Liberal

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira

PDS- Partido Democrático Social

PT- Partido dos Trabalhadores

PSD- Partido Social Democrático

PSB- Partido Socialista Brasileiro

PSL- Partido Social Liberal

PTB- Partido dos Trabalhadores Brasileiros

UDN- União Democrática Nacional

UFS- Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
SEÇÃO 1: DEBATE CONCEITUAL SOBRE DIREITA E EXTREMA DIREITA	13
1.1 Debate teórico conceitual: direita e extrema direita	13
1.1.1 - <i>Debate teórico conceitual: direita</i>	13
1.1.2 - <i>Debate teórico conceitual: extrema direita</i>	18
1.2. Configuração Histórica no Brasil: direita e extrema direita	22
1.2.1. <i>Configuração Histórica no Brasil: direita</i>	23
1.2.2- <i>Configuração Histórica no Brasil: extrema direita</i>	30
SEÇÃO 2: SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: BREVES PONTUAÇÕES HISTÓRICAS	35
2.1- Serviço Social no Brasil: das protoformas ao movimento de reconceituação	35
2.2- O Projeto ético-político atual	45
SEÇÃO 3: PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA DIVERGÊNCIA AO AVANÇO DA EXTREMA DIREITA	51
3.1- Breves apontamentos sobre convergência e divergência entre o projeto ético-político do Serviço Social, direita e extrema direita	51
3.2- O impacto da extrema direita no Serviço Social	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema a análise da ascensão da extrema direita e o projeto ético-político do Serviço Social, sendo tratado breves apontamentos sobre as temáticas. É notório que nos últimos anos houve um avanço da extrema direita no Brasil, especialmente a partir das manifestações de 2013 durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, a qual sofreu o impeachment em 2016, a partir de quando a presidência foi assumida pelo vice Michel Temer. Entretanto, o avanço da extrema direita torna-se mais evidente com a vitória de Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018 para presidente.

O tema foi escolhido com o propósito de identificar como a profissão se encontra no contexto político atual, onde em breve estaremos inseridas no mercado de trabalho, o qual está sendo dominado pelas ideias da extrema direita. Além dessa motivação, uma das discentes já realizou uma pesquisa com temática semelhante durante a iniciação científica (IC), demonstrando que o interesse pelo tema foi construído antes da disciplina TCC. O tema também foi trabalhado como uma forma de contribuição para a academia, para o Serviço Social, e para a sociedade.

Como uma maneira de distinguir a extrema direita do projeto ético-político do Serviço Social, a problemática escolhida para trabalhar neste TCC gira em torno de: qual a contrariedade entre avanço da extrema direita no Brasil e o Projeto Ético-Político da profissão?

O objetivo geral da pesquisa foi identificar a relação, existente ou não, de contradição entre o avanço da extrema direita no Brasil e o projeto ético-político do Serviço Social. Dessa forma, para alcançar os resultados ansiados, foram traçados os seguintes objetivos específicos: realizar debate conceitual sobre o que é direita e extrema direita; traçar o trajeto de construção do projeto ético-político do Serviço social e sua concordância com a justiça social, igualdade e investigar como o avanço da extrema direita no Brasil impacta no Serviço Social.

Para a produção desta monografia foram utilizados como método de pesquisa a teoria crítica e o materialismo histórico-dialético, baseando-se em alguns autores do Serviço Social como Netto (2005), Barroco (2015), Iamamoto e Carvalho (1982), assim como o Cress (1993); Para falar da direita foram usados Bobbio

(1995), Kaysel (2015), Medeiros (2018); E para abordar o tema da extrema direita, utilizamos Adorno (2020), Kurz (2020), Stanley (2019), Boito Jr. (2020).

A pesquisa caracterizou-se como exploratória descritiva, de natureza qualitativa, caracterizando-se também como uma pesquisa básica e tendo como delineamento a pesquisa bibliográfica.

O presente TCC está estruturado, além da introdução e conclusão, em três seções: na primeira trazemos um debate teórico conceitual sobre direita e extrema direita, haja vista que para escrever sobre o avanço da extrema direita no país é necessário, primeiro, abordar sobre a direita. Portanto, inicialmente é exposta uma conceituação teórica a respeito dos termos “direita” e “extrema direita”, de acordo com autores da área da ciência política, filosofia, os quais já foram mencionados. A partir de então é feita a configuração histórica dos caminhos percorridos pela direita e extrema direita no Brasil.

A segunda seção trata sobre o Serviço Social brasileiro, desde suas protoformas até o movimento de reconceituação, mostrando suas características tradicionais e conservadoras, assim como seus passos iniciais para a tentativa de ruptura para tais características. Ademais, também é trabalhado os documentos que atualmente são as bases para o Serviço Social, como a Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993), Código de Ética do/a Assistente Social de 1993, e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Abepss (1996).

Na terceira e última seção foram discutidas as características que identificam a contrariedade entre o projeto ético-político do Serviço Social, a direita e extrema direita, bem como os impactos que o avanço da extrema direita vem causando na profissão ao longo dos últimos anos.

SEÇÃO 1: DEBATE CONCEITUAL SOBRE DIREITA E EXTREMA DIREITA

Para compreender os impactos e a existência de contraditoriedade entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a extrema direita, é necessário entender a sua definição. Dessa forma, esse capítulo pontua sobre alguns aspectos teóricos conceituais referentes à direita e extrema direita, além de dialogar também sobre o percurso histórico no Brasil.

O capítulo teve como objetivo debater os conceitos de alguns movimentos políticos a partir de teóricos que tratam sobre o tema, assim como expor brevemente a trajetória histórica percorrida no Brasil.

1.1 Debate teórico conceitual: direita e extrema direita

1.1.1 - *Debate teórico conceitual: direita*

De acordo com Cruz (2015), foi no final do século XVIII, em uma assembleia realizada durante a Revolução Francesa, quando foi solicitado pelo presidente da sessão que aqueles que estivessem a favor do rei se colocassem à direita e aqueles que fossem contrários se posicionassem à esquerda. Assim, estes ficaram conhecidos respectivamente como girondinos¹, os que se posicionaram à direita, e jacobinos, os que se posicionaram à esquerda. Nesse episódio, alguns se mantiveram oscilantes e se direcionaram para o centro. A partir desse marco histórico, as posições no espaço foram mantidas, resultando no surgimento dos termos direita, esquerda e centro, de uma maneira tão simples, mas que se manteve e reproduz até hoje. A direita geralmente é associada à preservação das instituições tradicionais, enquanto a esquerda está associada às ideias reformistas e progressistas ou revolucionárias.

Um dos autores mais conhecidos que trata sobre o conceito de direita é o cientista político Norberto Bobbio², em seu livro “Direita e Esquerda: razões e

¹ Os girondinos foram um grupo político influente durante a Revolução Francesa, que atuou principalmente entre 1791 e 1793. Eles eram compostos principalmente por deputados da província da Gironda, daí o nome. O grupo se destacou por seu papel na Assembleia Nacional Legislativa. Os girondinos eram conhecidos por suas ideias republicanas moderadas e sua oposição às medidas extremas dos jacobinos, outro grupo radical da Revolução. Eles defendem uma abordagem mais moderada e gradual para a mudança política e econômica, com ênfase na preservação da ordem tão Com o tempo, o esforço entre girondinos e jacobinos aumentou. Os girondinos foram eventualmente acusados de serem moderados demais e de não apoiarem a guerra contra as potências estrangeiras e a radicalização interna.

² Norberto Bobbio, um renomado filósofo e cientista político italiano, analisou amplamente a política e os sistemas políticos. Ele fez uma distinção importante entre "direita" e "extrema-direita" em seus escritos, e entender essa distinção pode ajudar a esclarecer muitas das discussões contemporâneas sobre política.

significados de uma distinção política.” De fato, o nome não poderia ser mais bem escolhido para falar sobre o tema em sua obra.

Segundo Bobbio (1995), a direita pode ser caracterizada por uma abordagem conservadora que valoriza a ordem, a tradição e a manutenção das estruturas sociais existentes. Em termos políticos, a direita frequentemente busca um equilíbrio entre a mudança e a continuidade, promovendo políticas que reforçam a estabilidade econômica e social, e podem defender a manutenção ou a reforma gradual das instituições existentes, desde que, na direção do conservadorismo no poder.

O ponto de partida de Bobbio (1995), para distinguir a direita da esquerda, se dá pelo posicionamento que o indivíduo assume diante do ideal de igualdade, em como essa pessoa irá agir ao se deparar com situações que irão necessitar da sua colocação sobre a igualdade e desigualdade.

Sabendo que o critério utilizado pelo autor para distinguir a direita da esquerda é o ideal de igualdade, Bobbio (1995) deixa nítido que esse é um conceito abstrato, o qual pode ser interpretado de maneiras diferentes, sendo assim um conceito relativo e não absoluto, ou seja, vai depender de quem está analisando, do que a pessoa irá levar em consideração sobre o conceito de igualdade. Sabe-se o quanto conceituar uma ideologia é um movimento complexo, visto que, cada autor pode levar considerações diferentes a partir de valores e posições que cada um/uma ocupa na sociedade, por isso a definição de Bobbio, em uma análise aligeirada, pode ser considerada “simplista”, mas ela abarca bem o nosso objeto para essa monografia.

Dessa forma, ele nos traz três variáveis que, na sua concepção, devem ser consideradas sobre a igualdade: “a) os sujeitos entre os quais se trata de repartir os bens e os ônus; b) os bens e os ônus a serem repartidos; c) o critério com base no qual os repartir.” (Bobbio, 1995, p. 96).

Acrescenta Bobbio, nessa mesma obra, que é necessário responder as três seguintes perguntas: “Igualdade sim, mas entre quem, em relação a que e com base em quais critérios?” (Bobbio, 1995, p. 97). Com base neste pensamento, o autor nos faz compreender sobre o seu ideal de igualdade, ele ainda esclarece a diferenciação entre uma posição igualitária e igualitarista, no qual a primeira é uma busca pela igualdade de diferentes formas, podendo ser em maior ou menor grau, já

o igualitarista afirma que todos devem ser iguais, todos devem ter a mesma coisa, não havendo assim um meio termo.

Um dos pontos focais para a conceituação de direita por Bobbio (1995), está na relação entre igualdade-desigualdade natural e igualdade-desigualdade social, assim trabalhando na diferenciação entre igualitário e inigualitário. O autor define igualitário como aquele que tem a convicção de que as desigualdades são sociais, estas que por sua vez podem ser elimináveis; já o inigualitário acredita no oposto, para ele as desigualdades são naturais, dessa forma são inelimináveis. A direita se encaixa nesta última, a qual “está mais disposta a aceitar aquilo que é natural e aquilo que é a segunda natureza, ou seja, o habitual, a tradição, a força do passado.” (Bobbio, 1995, p. 105-106).

Bobbio (1995) então nos diz que a direita está dentro do campo do inigualitário, a qual defende que a desigualdade é natural, que não pode ser mudada, que defende a tradição e o passado.

Outro autor que também fala sobre o conceito de direita, é Bresser Pereira, especialmente em seu texto de 1997: “Por um Partido Democrático, de Esquerda e Contemporâneo.” Ressaltamos aqui que esse não será o conceito de referência utilizado no nosso trabalho, é apenas para evidenciar outro tipo de conceituação sobre o mesmo tema. Antes de focar no assunto, Bresser-Pereira fala de sua admiração pelo autor que foi referenciado anteriormente: “Embora admirador de Bobbio, não concordo inteiramente com sua definição, mesmo reconhecendo que seja semelhante àquela que vou apresentar” (Bresser-Pereira, 1997, p. 55). Sua discordância se dá pelo fato de que em sua concepção um dos lados tem uma descrição negativa, não tendo uma neutralidade, nesse caso ele está se referindo à direita.

Bresser-Pereira (1997) faz sua apresentação sobre o que ele define como direita. Inicialmente, para ele existem dois elementos fundamentais para a sociedade contemporânea: a ordem e a justiça. É a partir desses elementos que ele faz seu embasamento sobre a definição do tema em questão, de maneira mais simples e direta: para ele é de direita aquele que prioriza a ordem em relação a justiça social e também afirma que: “[...] quando a ordem é tão importante para alguém ao ponto de não arriscar nada em nome dela, essa pessoa será conservadora, será de direita.” (Bresser-Pereira, 1997, p. 55).

Desse modo, a direita sempre irá escolher a ordem. A luta por direitos e igualdade jamais será uma prioridade, pois ela nunca arriscaria causar uma desestabilidade. Posto isso, para a direita o elemento da ordem é extremamente importante, então nada será maior que ela, mantendo assim uma postura conservadora. Ele acrescenta que esse, “é um conceito a-histórico, que vale em qualquer momento, lugar e circunstância.” (Bresser-Pereira, 1997, p. 55).

Mas, se formos levar em consideração que essa conceituação é realmente “verdadeira”, ressalto que não estamos dizendo que a definição autor está incorreta, mas que esse é um assunto complexo, no qual cada autor aborda de uma maneira. Entretanto, se a direita sempre irá valorizar e priorizar a ordem, de qual ordem estamos falando? Porque vivemos em uma sociedade desigual, segundo o Jornal da USP (2023), 2,5 bilhões de pessoas vivem em insegurança alimentar no mundo. Quando se fala de riqueza mundial é mais assustador ao sabermos que os 10% mais ricos da população possuem 76% da riqueza mundial em 2021, segundo o site CNN Brasil (2021).

De fato, se for essa ordem que a direita defende, Bobbio (1995) quando usa o critério igualdade para sua definição, está correto quando diz que a direita aceita a desigualdade como natural, como algo inevitável para que não se modifiquem as estruturas sociais de desigualdade, fome e preconceito que vivemos. Se formos considerar a definição de ordem para o contexto em questão, o Dicionário Online de Português (s.d.), nos diz que são “Regras, leis, estruturas que constituem uma sociedade”. Para se viver em uma sociedade é necessário que haja regras e leis, mas, isso não quer dizer que se deve concordar que determinada parte da população tenha que estar sempre em condição inferior no sentido de não ter as mesmas oportunidades, direitos, condições de vida.

Ademais, é importante considerar que a desigualdade no nosso país assume natureza estrutural, ou seja, refere-se a formas de desigualdade que estão profundamente enraizadas e sistematicamente incorporadas nas instituições e na organização da sociedade. Ao contrário das desigualdades que podem ser atribuídas a eventos ou condições temporárias, a sua modalidade estrutural é uma característica duradoura e sistemática que resulta da estrutura e funcionamento das instituições sociais, políticas e econômicas.

Vejamos então, com melhor acuidade, alguns aspectos-chave da desigualdade estrutural. Primeiro, é importante registrar que ela está ligada a

padrões e práticas que perpetuam a desigualdade ao longo do tempo. Isso pode incluir a forma como as leis são aplicadas, como as oportunidades são distribuídas, e como os recursos são alocados. Segundo, vale registrar que ela é moldada por instituições como o sistema educacional, o mercado de trabalho, o sistema jurídico e as políticas públicas. Por exemplo, um sistema educacional que oferece educação de qualidade desigual para diferentes grupos sociais pode contribuir para a desigualdade estrutural ao perpetuar diferenças na capacidade de obter empregos bem remunerados.

Trazendo outro viés da conceituação de direita, temos o texto de Medeiros (2018), intitulado: “Por uma História das Direitas”, o qual possui uma concepção histórica mais atualizada, trazendo pautas do tempo presente. O objetivo da sua obra é analisar o surgimento de “novas direitas” em conjunto com as redemocratizações latino-americanas que ocorreram na década de 1980, assim como a observação dos processos políticos no Brasil pós ditadura militar (1985), fazemos um breve comentário de que o contexto da direita no Brasil será abordado no próximo subitem deste trabalho.

Medeiros (2018), nos primeiros momentos do texto, já deixa nítido como os termos direita e esquerda vêm sendo utilizados nos últimos anos, que eles são empregados para caracterizar grupos de “adversários políticos”, como uma maneira de ofender e criticar o próximo. No entanto, ressaltamos que isso não acontece somente no meio político, mas em meio a sociedade de forma geral, também se nota que alguns nem compreendem o uso dos termos e, mesmo assim, persistem em continuar usando.

Para o autor, “[...] as direitas são plurais ao nível ideológico (neoliberal, conservadora, nacionalista-ditatorial, neofascista, etc.) e de atuação (via: partidária, midiática, movimentos sociais, religiosa, etc.)” (Medeiros, 2018, p. 217). Por isso é tão difícil ter uma conceituação “universal” da direita, já que ela pode estar inserida em diversos níveis ideológicos e em diferentes maneiras de atuação, como exemplificado por Medeiros.

Medeiros (2018), utiliza autores como José Romero (1970) e Norberto Bobbio (1995) para falar da definição das direitas, sendo que estes dois autores compartilham a mesma concepção quanto à díade existente entre a direita e esquerda, isso quer dizer que são termos correlacionais, os quais só são compreendidos em relação mútua. Para o primeiro autor, a direita “se configura no

espaço político em função da análise sobre projetos políticos, ideias, valores e comportamentos concorrentes e/ou antagônicos.” (Romero, 1970 apud Medeiros, 2018, p. 220). Já o segundo, como foi pontuado acima, tem sua definição baseada nas distinções referentes à concepção de igualdade. Dentre as duas definições, Medeiros (2018) se identificou com a de Bobbio (1995), levando em consideração a sociedade na qual vivemos com tanta desigualdade seja em relação à economia, educação, gênero, orientações sexuais, étnico-raciais, desta forma, ele nos diz,

Entendo que a oposição à criação e extensão de programas e políticas distributivas, isto é, ao combate à desigualdade socioeconômica, as posições contrárias à criminalização da homofobia, à descriminalização do aborto e ao reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo são indicadores da intransigência das direitas no que diz respeito à igualdade de direitos. (Medeiros, 2018, p. 221).

A direita defende o tradicional e o conservador, então conforme Medeiros (2018), a oposição que esse movimento político tem em relação às classes minoritárias é intransigente em relação à igualdade de direitos, concordando com o que já foi debatido no começo desta seção. Já o posicionamento da direita em relação à desigualdade social é que ela é ineliminável.

1.1.2 - Debate teórico conceitual: extrema direita

Pontuando então sobre a extrema direita, iniciaremos com a concepção defendida por Theodor Adorno (2020), o qual afirma que toda democracia tem em si traços que lembram não só o fascismo histórico, mas também novas características que se alinham com a ascensão da extrema direita. De acordo com ele, “[...] a afirmação de que haveria em toda democracia algo como um resíduo de incorrigíveis ou de idiotas,” (Adorno, 2020, p. 50).

Robert Kurz (2020) compartilha deste mesmo pensamento. Para ele, a democracia gera, no seu interior, na mesma dinâmica, elementos antidemocráticos. Dessa forma, segundo os autores Theodor Adorno (2020) e Robert Kurz (2020) surge o radicalismo de direita, ou seja, a extrema direita que será abordada nesse trabalho.

Uma característica marcante da extrema direita é sempre a lembrança que seus apoiadores fazem a um passado mítico, o qual para eles foi glorioso e de grande valia, mas que na verdade não passaram de períodos ditatoriais na América Latina, ou de escravidão dos povos africanos, por exemplo. É o que diz Jason Stanley em seu livro “Como funciona o fascismo”, especialmente quando afirma que

"[...] o passado mítico era um tempo de glória da nação, com guerras de conquista lideradas por generais patriotas" (Stanley, 2019, p.19).

Adorno (2020), também alertou sobre essa estratégia da extrema direita "[...] Isto é, esses movimentos se apresentam sem exceção como se já tivessem tido um êxito muito grande, e atraem as pessoas por meio do fingimento de que são, portanto, os garantidores do futuro e de que têm por trás deles sabe Deus o quê." (Adorno, 2020, p.53-54).

A estratégia de um passado glorioso adotada pela extrema direita em todos os países em que se instala leva também, de forma intencional, a uma outra ideia dessa tendência política, de acordo com Adorno (2020), o sentimento de catástrofe social, que é difundido na população para que a sociedade assimile que somente a extrema direita é capaz de salvar do caos econômico e social atual para retornar, no imaginário, a um ideal do passado. Assim, em países periféricos como os sul-americano e do leste europeu essa estratégia tem surtido efeito.

Para controlar essa catástrofe social e, muitas vezes, também econômica, promovida e idealizada pela própria extrema direita, eles propõem que a segurança da sociedade seja feita por meio da militarização. O que Adorno (2020) aponta como "a fetichização de tudo que é militar".

A extrema direita nutre um "certo ódio" por todos aqueles que são oposição às suas concepções políticas, o que consideramos como um posicionamento anti-intelectual, uma vez que falta a eles o exercício do pensamento crítico. Sobre essa temática, Robert Kurz (2020) aborda que:

[...] A reflexão crítica é substituída pelo não refletido à sociedade, a busca pela cultura alternativa e pelo conhecimento não comercial transforma-se no ressentimento do semi-intelectual e da semiformação. O novo radicalismo de direita também pode florescer nesse clima" (Kurz, 2020, p. 76).

Adorno (2020) partilha da mesma opinião que Kurz (2020), visto que, segundo ele, os radicais de direita: "[...] odeiam em especial os intelectuais. O termo 'intelectual de esquerda' também é uma dessas expressões para assustar." (Adorno, 2020, p. 61).

Stanley (2020), alerta sobre o ataque que os anti-intelectuais, ou seja, extremistas de direita promovem contra a educação, especialmente às universidades, onde se formam a maioria dos intelectuais que possui ideais contrários ao deles, ou seja, os intelectuais de esquerda.

Segundo Kurz (2020), os intelectuais de esquerda sofrem perseguição por parte da extrema direita, cujo grupo compartilha o ódio por comunistas³ e socialistas⁴, ou, conforme Adorno (2020), por tudo aquilo que couber dentro do sentido da palavra comunista, “[...] a esse conceito elástico de comunismo [...] Comunismo tornou-se puramente uma palavra para assustar.”(Adorno, 2020, p. 61).

Assim, pode-se concluir, conforme as conceituações dos autores supracitados, que os extremistas de direita odeiam todos que possuem um letramento crítico, como por exemplo, os professores universitários, as feministas, os políticos de esquerda, sociólogos, antropólogos, enfim todos que forem contrários à barbárie propagada pela extrema direita.

É possível afirmar que, todo esse ódio destilado pelos radicais de direita aos intelectuais também deve ocorrer pela falta de intelectualidade. Adorno (2020) afirma que “Não se deve subestimar esses movimentos // devido ao seu baixo nível intelectual e devido a sua ausência de teoria” (Adorno, 2020, p. 54), posto que, uma das maiores estratégias da extrema direita em todo mundo, se não a maior de todas, são os seus meios propagandísticos. Desse modo, é por meio da propaganda que a extrema direita propaga as suas estratégias e convence a população a lhe seguir.

Como relata Jason Stanley: “É difícil promover uma política que prejudicará um grande grupo de pessoas diretamente. O papel da propaganda política é ocultar os objetivos claramente problemáticos de políticos ou de movimentos políticos.” (Stanley, 2019, p.37).

Sobre a estratégia da propaganda utilizada pela direita radical, Adorno (2020) disserta que:

O que é característico desses movimentos é muito mais uma extraordinária perfeição dos meios, a saber, uma perfeição em primeiro lugar dos meios propagandísticos no sentido mais amplo, combinada com uma cegueira, com uma abstrusidade dos fins que aí são perseguidos. E creio que justamente essa constelação de meios racionais e fins irracionais, [...] A propaganda é genial, sobretudo pelo fato de que, nesses partidos e movimentos, ela nivela a diferença, a diferença inquestionável entre os interesses reais e os falsos objetivos simulados. Assim como outrora com os nazistas, a propaganda é realmente a substância da coisa. Se os meios

³ Comunista é aquele que defende uma ordem socioeconômica estruturada sob as ideias de igualitarismo, propriedade comum dos meios de produção e na ausência de classes sociais, do dinheiro e do Estado.

⁴ Socialista é aquele que defende uma sociedade baseada na igualdade econômica e social, na justiça coletiva e na propriedade coletiva ou regulada dos meios de produção por meio do Estado.

são substituídos pelos fins em uma medida crescente, então pode-se quase dizer que, nesses movimentos de direita radical, // a propaganda constitui, por sua vez, a substância da política. (Adorno, 2020, p.54-55).

Assim, a partir das ideias de Theodor Adorno e Stanley, é possível inferir que a extrema direita tem fragilidades em suas teorias, porém compensa essa carência teórica utilizando de forma voraz, perversa, mas ainda assim de forma magnífica, a propaganda para difundir suas ideias, mentir propagando notícias fraudulentas, as chamadas “fake news”⁵ e, acima de tudo, atrair a massa a seu favor.

Outra grande estratégia adotada pelos radicais de direita é o nacionalismo exacerbado que, de acordo com Adorno (2020) e Stanley (2019), tem como objetivo, através de seus meios propagandísticos, emanar a ideia, para os seus seguidores, de que os políticos de extrema direita vieram para salvar a nação, que o nacionalismo deve ser preservado e cultivado de forma demasiada. Desse modo, o “fetiche da militarização” também apontado por Adorno (2020) e os símbolos, em sua maioria, que promovem alusão ao Estado, se fazem presente nos países dominados pela extrema direita. Segundo Adorno, “recordo apenas a importância fundamental dos assim chamados símbolos, que são característicos de todos esses movimentos.” (Adorno, 2020, p.67-68).

Um aspecto comum da extrema direita no mundo é a temática do tradicionalismo familiar que está relacionado com o conservadorismo dos valores éticos pregados pela mesma, de acordo com Lacerda (2019). A extrema direita expressa em seu discurso a importância dos valores morais e familiares, transferindo-os para o espaço de discussão pública. Além disso, argumenta uma visão ultraconservadora e religiosa de família, em forte medida romantizada e idealizada, que admite como formato exclusivo os casais heterossexuais, sendo os pais a maior autoridade sobre os filhos. Há também a evidência de sério desconforto com a possibilidade de quebra da ordem tradicional do mundo, deixando muito explícita a sua opinião e diversos ataques sistemáticos e contundentes à comunidade LGBTQIAPN+. Ou seja, a extrema direita nega tudo que for contrário a ela, tanto no nível teórico quanto na vida social. Jason Stanley (2019) aborda esse aspecto da extrema direita como a ansiedade sexual que também está interligada

⁵ O professor Carlos Eduardo Lins e Silva (2019) explica que fake News não é o mesmo que notícias falsas, pois a notícia falsa pode ser uma notícia incorreta, mal apurada, mal escrita. Estamos falando aqui é de notícias fraudulentas, intencionalmente produzidas com o objetivo de obter algum determinado fim, político ou não.

com a exaltação e a valorização da família tradicional patriarcal, uma vez que, segundo esse autor, para os radicais de direita, “ela é naturalmente acompanhada de pânico sobre os desvios dessa família patriarcal. Pessoas transgêneros e homossexuais são usadas para aumentar a ansiedade e o pânico sobre a ameaça aos papéis masculinos tradicionais.” (Stanley, 2019, p. 127). Assim, de acordo com os radicais de direita, tudo que for contrário à sua ideologia e visão de mundo é subversivo e deve ser aniquilado.

Cabe salientar que as minorias atacadas pelos radicais de direita variam conforme o país no qual esse movimento político está em ascensão devido as particularidades sociais de cada um. Por exemplo, em países da periferia da América do Sul esses extremistas atacam a comunidade LGBTQIAPN+, os negos, as mulheres e todos aqueles que são vulneráveis socialmente. Em contrapartida, em países da Europa que a ultradireita está presente, costumam atacar além dos grupos vulneráveis já supracitados, também aposentados, praticam xenofobia contra imigrantes e apoiam também extermínio de várias etnias, conforme Kutz (2020).

Vale pontuar que, conforme Goldstein (2019), a extrema direita atualmente encontra-se vigente em quase todo mundo, posto que possui uma articulação global. Assim, essa grande articulação global faz com que todas as estratégias aqui pontuadas, estejam presentes em todos os países que a extrema direita se encontra. Promovendo dessa forma, a sua ascensão pelo mundo.

Para Bobbio, a extrema-direita, vai além da direita tradicional e se distingue por seu extremismo, rejeitando muitas das normas democráticas e liberais. A extrema-direita é frequentemente associada a ideologias que promovem o autoritarismo, o nacionalismo extremo e, muitas vezes, o racismo e a xenofobia. Esses movimentos podem tentar transformar radicalmente a sociedade, muitas vezes utilizando a violência e a intimidação para alcançar seus objetivos.

Bobbio observou que, enquanto a direita tradicional ainda opera dentro do quadro das normas democráticas e da ordem social, a extrema-direita tende a desafiar essas normas e pode até ameaçar a própria estrutura democrática. Em resumo, a direita busca conservar o status quo, mas respeitando as regras do jogo democrático, enquanto a extrema-direita pode buscar desestabilizar ou destruir essas regras em nome de uma visão radical e muitas vezes antidemocrática.

1.2. Configuração Histórica no Brasil: direita e extrema direita

1.2.1. Configuração Histórica no Brasil: direita

A história da direita ou das “direitas” no Brasil, não é recente, muito pelo contrário, para entender sua origem é necessário voltarmos para a década de 1820, a partir do Brasil Império. Como base para esse primeiro momento, será utilizado o texto do autor André Kaysel (2015), que tem como objetivo pontuar sobre a genealogia das direitas brasileiras, fazendo um recorte desde o Brasil Império até a redemocratização ocorrida nos anos 1980, no contexto pós-ditadura militar.

Ao fazer uma análise histórica do Brasil Império até a Primeira República, verificamos aspectos como o conservadorismo e o liberalismo já presentes. Huntington (1957) afirma que o conservadorismo é o que mais se enquadra no cenário brasileiro, “poder-se-ia pensar o conservadorismo como uma “ideologia posicional”, isto é, que só se define pela contraposição às investidas radicais, não tendo um conteúdo próprio” (Huntington, 1957 apud Kaysel, 2015, p. 51).

Um elemento chave para o pensamento conservador é cultuar o passado, mas esse tipo de pensamento não era uma opção nesse período histórico, afinal as elites imperiais estavam em busca de um Estado nacional independente, sem nenhum interesse em retornar para a colônia. Entretanto, o país ainda manteve fortes vínculos com seu passado,

Assim, tanto o novo Estado, o qual conservava a forma monárquica e a base escravocrata, como a autoimagem de suas classes dirigentes, preservavam fortes vínculos com suas origens coloniais. Não por acaso, o grupo político que hegemonizou a consolidação do Estado brasileiro, na passagem dos anos 1830 para os 1840, foi o Partido Conservador, de homens como Bernardo Pereira de Vasconcelos e Paulino Soares de Souza, o Visconde do Uruguay. (Kaysel, 2015, p. 52)

Ou seja, por mais que o país já tivesse conquistado sua independência, ele ainda mantinha fortes vínculos com o passado, que, como já pontuado, é uma característica do conservadorismo. Desde os anos 1830 que existe partido político ligado ao conservadorismo, como o Partido Conservador (Kaysel, 2015), até o tempo presente existem grandes movimentos políticos ligados ao conservadorismo, vangloriando o passado, os quais ainda se mantêm no cenário político brasileiro.

Visconde do Uruguay e Bernardo Pereira foram figuras que defendiam um Estado centralizador e monárquico, acreditavam ser a “[...] única forma de fazer frente ao “caos” e à “desordem” desencadeadas pelas revoltas do período regencial.” (Kaysel, 2015, p. 52). A partir da análise dos acontecimentos deste contexto, Kaysel nos diz que se trata de um liberalismo conservador ou de um

“liberalismo de direita”. Uruguay era adversário dos liberais, justamente por ser um regressista e acreditar que essa ideologia só traria desordem. Para os liberais, no entanto, esse conservadorismo estaria sufocando a livre iniciativa econômica.

Em 1888, com a abolição da escravidão, juntamente com a Proclamação da República em 1889, configuram-se duas correntes entre os republicanos,

[...] uma, fortemente influenciada pelo positivismo, defendia um Estado, ao mesmo tempo autoritário, mas interventor, o qual deveria regular o conflito social e mesmo promover algum desenvolvimento industrial. [...] Do outro lado, estava o liberalismo federalista, defensor da descentralização política e do *laissez-faire* econômico. (Kaysel, 2015, p. 53)

Há quase dois séculos vemos o liberalismo iniciar a sua atuação no Brasil, com sua política defensora do livre mercado, da mínima intervenção do Estado, com nítidas e escancaradas intenções de favorecimento aos grandes capitalistas. Em uma realidade que empobrece cada vez mais a população vulnerável e aumentando a desigualdade social.

Kaysel (2015), continua sua análise dando um salto para os anos 1920-1930, quando se configuram alguns marcos e personagens importantes para a época e para a história brasileira: o catolicismo e o integralismo. A chamada primeira república foi caracterizada pelo liberalismo, mas durante a década de 1920 se manifesta a sua crise, tendo os seus opositores conhecidos como autoritários, os quais “teriam em comum a rejeição do liberalismo em suas diversas formas e a defesa de um Estado centralizador e da disciplina corporativista dos conflitos sociais como garantias da coesão da sociedade.” (Kaysel, 2015. p.54).

Em 1921-1922 desponta a militância católica conservadora, a qual surgiu por meio da criação do Centro Dom Vital e da revista A Ordem, tendo como líder o sergipano Jackson de Figueiredo⁶. Essa década também foi marcada pelo movimento conhecido como tenentismo⁷, composto por jovens das forças armadas, os quais tinham como objetivo mostrar sua insatisfação e crítica ao liberalismo, tendo “[...] uma pauta de restauração da ordem liberal da Constituição de 1891.” (Kaysel, 2015, p. 55).

⁶ - Suas criações se mantêm até os dias atuais, possuindo mais de 100 anos.

⁷ - A partir desse movimento surgem figuras importantes para o cenário político, como Luiz Carlos Prestes.

A década de 1930 é recheada de acontecimentos importantes, como a chamada Revolução de 30, que dá início ao Estado Novo com “[...] golpe de Estado desferido por Getúlio Vargas em 10 de dezembro de 1937 [...]” (Kaysel, 2015. p. 57).

Alguns anos antes da tomada de poder por Vargas, vemos no Brasil o surgimento de dois movimentos políticos com posições e ideologias diferentes. Segundo Kaysel (2015), pode ter sido nesse período que iniciaram as oposições de direita e esquerda no país, com os movimentos: Ação integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado e que possuiu como inspiração o fascismo; o segundo movimento é liderado por Luiz Carlos Prestes e pelo PCB, conhecido como a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

O movimento Ação Integralista Brasileira (AIB) deu impulso para a expansão da direita e muitas características e ideias divulgadas atualmente, já estavam presentes naquele momento.

[...] o movimento integralista chegou a ser a principal organização político-partidária do país, com especial apoio nas classes médias urbanas e em setores da Igreja Católica. Tratava-se de uma direita que, em conformidade com suas congêneres europeias e de modo inédito no Brasil, lançava mão da mobilização de massa e de técnicas modernas de agitação e propaganda. São exemplos bem conhecidos nesse sentido os desfiles integralistas, a adoção das “camisas verdes” como uniforme, a letra grega “sigma” como emblema e a saudação com a palavra tupi “anauêê!”. (Kaysel, 2015, p. 56).

Por isso é importante estudar a história desse momento político brasileiro, pois é a partir desse estudo que é possível compreender melhor a origem dos movimentos políticos. A extrema direita reproduz até hoje o que o integralismo fazia há anos, mobilizando seus simpatizantes a irem para as ruas, incentivando o nacionalismo exacerbado com vestimentas tendo as cores da bandeira brasileira como forma de cultuar os símbolos da nação. É importante ressaltar que, naquele contexto, a igreja católica colocava-se como uma representante da direita, com o catolicismo militante.

Segundo Kaysel (2015), o movimento integralista estava focando em uma mobilização para lançar a candidatura de Plínio Salgado para presidente, em 1938. No entanto, Getúlio Vargas decretou o Estado Novo, em 1937, e decretou o fechamento das organizações partidárias existentes, o que se manteve até 1945, ano que terminou a Segunda Guerra Mundial.

Com o final do governo Vargas, novos partidos políticos emergiram no cenário, tanto os que eram favoráveis, como o Partido Social Democrático (PSD) e o

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); como os que eram contrários ao varguismo, como a União Democrática Nacional (UDN). Kaysel (2015) ressalta que, por mais que o PSD e PTB estivessem a favor do varguismo, cada um possuía uma face: o primeiro de base conservadora e agrária e o segundo, cuja base sustentava-se em apoio aos trabalhadores urbanos.

Dessa maneira, podemos dizer que haveria no Brasil de então duas “direitas” distintas: uma ligada ao programa varguista, respondendo por sua dimensão conservadora, bem representada pelo PSD, e outra, que lhe era oposta, encarnada sobretudo na UDN. Cabe destacar que os dois partidos, pela centralidade de suas bases rurais, eram partidos em grande medida complementares. Além disso, ambos possuíam um perfil conservador e oligárquico. (Kaysel, 2015, p. 62).

Dando um salto histórico para 1961, ano em que Jânio Quadros renuncia à presidência e quem assume a presidência do Brasil, entre os anos de 1961 a 1964, é João Belchior Marques Goulart. Este era popularmente conhecido como Jango, cujo governo chega ao fim quando sofre um Golpe de Estado partindo dos militares, o que resultará no grande marco histórico do país, denominado como Ditadura Militar.

Segundo Kaysel (2015), Jango tinha como proposta as reformas de base, como a reforma agrária, o que claramente desagradou a elite econômica. Foram criados blocos de forças sociais que tinham como objetivo realizar propagandas para assim, derrubar o governo de João Goulart,

O principal núcleo dessa rede de organizações era formado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), constituindo-se aquilo que Dreyfus denominou como “complexo Ipes-Ibad” (Ibid.). (Kaysel, 2015, p. 63).

Houve quatro participações de atores importantes para que a Ditadura Militar se concretizasse: em primeiro lugar obviamente foram os militares, “[...] teriam tido, ao longo da história republicana, o que ele denominou como “papel moderador”, sendo convocados por distintas forças civis para servir de árbitros das disputas políticas.” (Stepan, 1975 *apud* Kaysel, 2015, p. 64), a partir desse “papel moderador” que realizavam, começaram a questionar se a sociedade civil tinha realmente capacidade para comandar o país.

A segunda participação é a das mídias, as comunicações em massa realizadas através de emissoras, rádios e jornais, contando com jornais de grande alcance como o Globo, O Estado de São Paulo, Rádio e Tv Tupi (Kaysel, 2015).

Esses veículos de informação eram utilizados para divulgar discursos como o antipopulista e anticomunismo, os quais partiam das bases conservadoras.

A terceira participação é a da Igreja Católica, com sua militância da época e com o Centro Dom Vital que foi criado em 1920.

O poder de convocatória dessa prédica, que associava o anticomunismo à defesa da fé e dos valores cristãos, ficou patente nas multitudinárias “Marchas Com Deus, Pela Família e a Liberdade”, da qual a marcha paulistana de 19 de março de 1964 é a mais conhecida, mas nem de longe o único exemplar. (Codato; Oliveira, 2014 *apud* Kaysel, 2015, p. 64-65).

A quarta participação na concepção do Golpe Militar de 1964 e a mais importante, visto que essa influenciou de forma direta todos os outros fatores que culminaram na ditadura militar, de acordo com Lacerda (2019), foi o apoio político e financiamento realizado pelos Estados Unidos da América, uma vez que os EUA temiam perder o controle de influência sobre a América Latina. Assim, apoiando e financiando todos os golpes militares ocorridos nesta região nesse espaço de tempo.

Conforme Kaysel (2015), os Estados Unidos da América destinaram recursos financeiros para campanhas de candidatos da Ação Democrática Parlamentar (ADP), assim como candidatos a governos estaduais que possuíam perfil conservador, como Carlos Lacerda, em 1962.

Esses quatros componentes foram as bases para execução do golpe militar de 1964, “[...] a coalizão de direita que se formou contra o nacionalismo reformista de Goulart era bastante heterogênea.” (Kaysel, 2015, p. 66). Com o golpe de Estado,

A maioria dos membros da antiga UDN e grande parte dos do PSD ingressaram na agremiação oficialista: a Ação Renovadora Nacional (Arena), a qual passou a aglutinar a direita política no país (Mainwaring; Meneguillo; Power; 2000). Por meio da Arena, os vínculos clientelistas tradicionais entre o poder central e os poderes locais foram reorganizados e reforçados, conferindo capilaridade nacional ao partido oficialista. (Mainwaring; Meneguillo; Power; 2000 *apud* Kaysel, 2015, p. 67)

Os Estados Unidos também foram responsáveis por ajudarem a transformar a influência religiosa que o característico conservadorismo de direita traz do católico para o evangélico. Conforme Lacerda (2019), os EUA foram responsáveis por trazerem, na década de 1970 para o Brasil, diversas torres de rádio que pregavam o evangelho e financiaram a abertura de diversas igrejas evangélicas no Brasil com a vinda de muitos pastores norte-americanos para nosso país, nesse período.

Esses períodos, pré e pós Ditadura Militar, constituíram-se em marcos significativos para a direita brasileira, configuraram-se em períodos obscuros da história do país, quando houve muita repressão, mortes e torturas. Consideramos oportuno destacar que tais situações ocorreram e, infelizmente, no contexto atual a extrema direita defende a sua retomada, evocando um passado mítico, por meio da distorção do que realmente foi a Ditadura Militar no Brasil.

No processo de redemocratização, em meados da década de 1970, ocorre a mudança do discurso político da direita que antes dava sustentação à ditadura e passa a servir de base ao neoliberalismo, “[...] a direita abraçaria a defesa de políticas de liberalização econômica, ditas “neoliberais”, como seu principal traço programático.” (Kaysel, 2025, p.68). Assim, a direita passa a defender uma doutrina econômica que apoia a mínima intervenção do Estado na economia e passa a difundir que gastos com políticas sociais não são prioridade, geralmente são desnecessários.

A década de 1980 também foi marcada por mobilizações populares da classe trabalhadora e é a partir desse marco que surge um importante partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT), o qual passa a ser importante ator histórico no cenário brasileiro.

[...] a década de 1980 foi marcada por um intenso processo de mobilização popular, em particular da classe trabalhadora, impulsionado pela redemocratização, do qual a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) foram dois dos frutos mais notáveis. Assim, a direita se reorganizava e se reinventava para responder à ofensiva da esquerda, em uma conjuntura na qual confluíam a transição democrática e uma profunda crise econômica e social. (Kaysel, 2015, 68).

Em 1989, o operário Luiz Inácio Lula da Silva disputou sua primeira eleição pelo PT para presidente, mas perdeu no segundo turno para Fernando Collor de Mello, período no qual o neoliberalismo ganhou mais força, implantando as “reformas” neoliberais que impactaram de uma forma agressiva as políticas sociais.

Reiterou o tradicional tratamento fragmentado das três políticas que compõem o sistema, identificando, à revelia da Constituição, a seguridade com um simples seguro; desfigurou o orçamento da Seguridade Social ao utilizar recursos desse orçamento para outros fins e — no que concerne à Previdência Social — para transformar em adicionais as contribuições da União que antes integravam regularmente esse orçamento; desvinculou os benefícios previdenciários do salário mínimo; postergou por um ano a regulamentação do Plano de Custeio da Previdência Social; represou, até o final de seu governo a concessão dos benefícios previdenciários, apesar de estes já estarem regulamentados; vetou 25 itens da Lei Orgânica da Saúde, que também já tinham sido aprovados pelo Congresso Nacional, a maior parte dos quais referentes ao financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e à participação dos segmentos sociais no gerenciamento desse

sistema; e não admitiu que a assistência social fosse transformada em política de Seguridade Social, vetando integralmente o seu projeto de lei, aprovado no Congresso Nacional. No que se refere ao seguro-desemprego, capitulado no art. 7º, inciso II, da CF/88, como direito do trabalhador, vale destacar outros desvios dos preceitos constitucionais, tais como: a utilização dos recursos do Fundo de Assistência do Trabalhador (FAT) em aplicações do Banco do Brasil e para financiar o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social-Inamps. (Fagnani, 2007 *apud* Pereira, 2012, p. 743)

Contudo, o governo de Fernando Collor não durou muito tempo (1990 a 1992), haja vista que suas ações como presidente causaram muitos descontentamentos para a população, especialmente quando solicitou o bloqueio das poupanças e com os escândalos de corrupção que aconteceram, o que resultou no impeachment de Collor e o vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência em 2 de outubro de 1992, em um momento de crise política e econômica.

Após o fim do mandato de Itamar Franco, em 1º de janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso, que havia sido Ministro da Fazenda naquele governo, foi eleito presidente, derrotando Lula novamente nas urnas, e continuou as reformas políticas iniciadas, especialmente a adoção do Plano Real. Fernando Henrique Cardoso manteve-se na presidência durante dois mandatos seguidos, dando continuidade à agenda neoliberal no país, ampliando a desigualdade social e a pobreza no país, abrindo espaço para o projeto defendido pelo PT como maior agrupamento da esquerda organizada no país.

Nas eleições presidenciais de 2002 houve mudança no cenário político com a eleição de Lula e a configuração de nova conjuntura política no país. Lula se manteve na presidência durante dois mandatos seguidos, até 1 de janeiro de 2011, dando espaço para a nova presidente Dilma Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores (PT).

Diante dos dados expostos, torna-se evidente que a direita está presente no Brasil há muitos anos, com seus aspectos conservadores e tradicionais. Assim, esse movimento político esteve e está em momentos importantes da história, como a Ditadura Militar. Não se pode negar que é de extrema relevância que a sociedade conheça esse movimento que faz parte do país, uma vez que o mesmo interfere na vida de toda nação. Dessa forma para que não se iludam com propagandas e palavras bonitas que dizem defender a pátria.

1.2.2- Configuração Histórica no Brasil: extrema direita

A extrema direita no Brasil começou a encontrar espaço profícuo para propagar seus ideais a partir das manifestações de junho de 2013 que tiveram sequência em 2014. Em um primeiro momento, de acordo com Maria da Glória Gohn (2014), a primeira manifestação surgiu contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos, em São Paulo. Logo após com o apoio massivo da grande mídia e do Movimento Brasil Livre (MBL), que foi um dos principais responsáveis pelo grande êxito que essas manifestações tiveram, os atos de 2013 e, por conseguinte os de 2014 passaram a ter um caráter de revolta popular de massa de acordo com Gohn (2014).

Ainda Segundo Gohn:

Em Junho de 2013, ocorreu, em 12 capitais brasileiras e em várias outras cidades de médio porte, uma onda de manifestações populares que reuniu mais de um milhão de pessoas, com similares em apenas três momentos da história do país: em 1992, no impeachment do ex-presidente Collor de Melo; em 1984, no movimento Diretas Já, no período do regime militar, na luta pelo retorno à democracia; e nos anos de 1960, nas greves e paralisações pré-golpe militar de 1964, e nas passeatas estudantis de 68. (Gohn, 2014, p.431)

Conforme Gohn (2014) o perfil identitário dos manifestantes eram em sua grande maioria jovens pertencentes a classe média que se auto declaravam apartidários naquele momento. Cabe pontuar também que essas manifestações não possuíam grandes líderes à frente de sua organização, na maioria das vezes a organização para os atos acontecia através das mídias sociais (instrumento que depois a extrema direita passou a usar muito bem para propagar notícias fraudulentas).

Figura 01: Garota em uma das manifestações de 2014 reivindicando o direito de ir para Disney de novo.



Reprodução: Museu do Golpe de 16 / Facebook.

De acordo com Gohn (2014), o que motivava os manifestantes a tomarem as ruas do país era:

Um sentimento de descontentamento, desencantamento e indignação contra a conjuntura ético-política de dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas de poder estatal, assim como as prioridades nas obras e ações selecionadas e seus efeitos na sociedade. (Gohn, 2014, p. 432).

Segundo Armando Boito JR (2020), nas manifestações de junho de 2013 era possível avistar bandeiras de partidos políticos tanto de esquerda quanto de direita. Essa situação começa a mudar a partir das manifestações de 2014, nas quais vão estar presentes, de modo predominante, organizações de direita.

Em 2014 a popularidade da então presidente da república Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), se encontrava em baixa, e os manifestantes, desta vez mais à direita, foram às ruas novamente. Um dos maiores descontentamentos explicitados era o alto investimento feito para o Brasil sediar a copa do mundo naquele mesmo ano, além da crise econômica e da alta taxa de desemprego, também contribuíram para a baixa popularidade da então presidente.

Ainda em 2014, segundo Reis (2014), mesmo com sua popularidade em baixa, Dilma consegue vencer a eleição presidencial e garantir o seu segundo mandato com uma pequena diferença de 3% dos votos acima do então adversário Aécio Neves do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Aécio Neves, de

acordo com Boito Jr (2021), também contribuiu com o êxito da extrema direita no Brasil 4 anos depois, visto que o candidato do PSDB confrontou a frágil democracia brasileira pedindo a apuração dos votos. Após a apuração foi reafirmada a vitória de Dilma Rousseff, contudo, em 02 de dezembro de 2015 foi aberto o processo de impeachment da presidente Rousseff, que culminou no seu afastamento do cargo em 31 de agosto de 2016, de acordo com a Agência do Senado Federal (2016).

O impeachment de 2016 se deu, conforme Boito Jr (2021), devido ao descontentamento da elite burguesa que tinha compromisso com interesses econômicos internacionais com o modelo denominado como neodesenvolvimentismo adotado pelos governos do PT naquele momento representado por Dilma Rousseff.

Os governos encabeçados pelo PT representavam a hegemonia da grande burguesia interna no bloco no poder. Essa hegemonia foi obtida graças à estratégia dos governos encabeçados pelo PT de formar uma ampla frente política, que eu denomino neodesenvolvimentista, frente política essa que incorporou no plano das medidas de política social grande parte da baixa classe média, do operariado, do campesinato e, principalmente, dos trabalhadores da massa marginal.” (Boito Jr, 2021 p.16).

Historicamente, de acordo com Boito Jr (2021) os governos de Fernando Henrique Cardoso, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), serviram aos interesses da burguesia brasileira que possuía capital internacional. Assim, com a chegada do PT na presidência da república houve uma ruptura nessa estratégia liberal, uma vez que os governos petistas representavam os interesses dos capitalistas nacionais com a política econômica neodesenvolvimentista. Contudo, com o golpe de 2016 e a chegada de Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), à presidência com sua agenda neoliberal, os interesses dos capitalistas com o capital estrangeiro voltaram a ser atendidos pelo atual governo.

Após a conclusão do mandato de Temer, herdado por meio do golpe de 2016, o país já se encontrava polarizado, o antipetismo estava em alta. Assim, no meio desse contexto político caótico surgiu a candidatura de Jair Messias Bolsonaro, pelo Partido Social Liberal (PSL), que representava tanto os interesses do capital estrangeiro quanto os ideais de extrema direita.

O então candidato utilizou de diversas estratégias da extrema direita durante sua campanha eleitoral em 2018. Entre estas estratégias encontra-se a ansiedade sexual definida por Jason Stanley, já explicitada neste trabalho, que em Bolsonaro é representada por meio do famoso kit gay, em alusão ao programa a ser

implementado pelo então ministro da educação Fernando Haddad (PT), em 2011, intitulado, “Brasil sem Homofobia” que, com a propaganda distorcida e intencional realizada pelo Bolsonarismo⁸, serviu para propagar o sentimento de LGBTQIAPN+fobia entre os seus apoiadores. Assim, a maior estratégia da extrema direita também foi utilizada por Bolsonaro: a propaganda, para espalhar as notícias fraudulentas por meio das mídias sociais.

O passado mítico, abordado por Adorno (2020) e Stanley (2019), também esteve presente na campanha de Bolsonaro, uma vez que, o então candidato se referia à ditadura militar de 1964 como um período glorioso para o Brasil. De acordo com Lacerda, “têm-se o evidente predomínio do tema militar e das forças armadas no discurso de Bolsonaro” (Lacerda, 2019, p. 185). Assim, também pode-se notar o culto ao militarismo abordado por Kurz (2020) e Adorno (2020) presente no Bolsonarismo e no seu discurso armamentista.

Conforme Marina Lacerda (2019), o bolsonarismo também evoca o nacionalismo exacerbado expresso nitidamente no seu slogan de campanha “Deus acima de tudo Brasil acima de todos”, além do culto aos símbolos que fazem referência à pátria, como dito por Adorno (2020). No Brasil os símbolos mais usados pelo Bolsonarismo são: a bandeira do Brasil e a blusa da seleção brasileira de futebol.

A família tradicional também é valorizada pelo Bolsonarismo, uma vez que conforme Marina Lacerda,

“o candidato a vice-presidente de sua chapa, Hamilton Mourão, afirmou que a fragilidade da família leva a problemas sociais [...] as crianças que são criadas por mães e avós, o que seria realmente “uma fábrica de elementos de desajustados que tendem a ingressar nessas narco quadrilhas” (Lacerda, 2019, p.191).

Segundo Lacerda (2019), no Brasil o ódio aos comunistas/socialistas, conforme pontuado por Adorno (2020), é visto como o ódio ao principal partido de oposição do Bolsonarismo, o Partido dos Trabalhadores (PT) e aos seus principais representantes, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Vale lembrar que o anti-petismo já estava em alta por causa das manifestações de 2013. Assim, a extrema direita brasileira só alimentou estrategicamente ainda mais o ódio ao PT e aos seus apoiadores. Esse ódio, também de acordo com Lacerda (2019), se

⁸ Segundo Daniel Aarão Reis o Bolsonarismo representa um conjunto de propostas e valores associados à ascensão política de Jair Bolsonaro ao governo da República.

estende aos movimentos sociais, como o Movimento Sem Terra (MST), e a todos aqueles que defendem os direitos humanos.

Outra grande característica da extrema direita internacional também presente no Bolsonarismo é o culto à religião, aqui no Brasil representadas pela igreja evangélica e católica, uma vez que, de acordo com o Lacerda (2019), “os evangélicos aderem em peso a Bolsonaro - as principais lideranças Silas Malafaia e Edir Macedo, o apoiam; a maioria dos católicos (48%), mas a maioria dos evangélicos (66%) o apoia” (G1, 2018, *apud* Lacerda, 2019, p.193). Dessa forma, conseguindo êxito e se tornando presidente do Brasil de 2018 a 2022.

Cabe lembrar que a campanha presidencial de Jair Bolsonaro, conforme Goldstein (2019), recebeu orientações de Steve Bannon, o mesmo que chefiou a campanha presidencial de Donald Trump⁹ em 2016 nos EUA, e ajudou a eleger vários líderes de extrema direita pelo mundo.

Como demonstrado, a direita e a extrema direita vêm ganhando cada vez mais espaço no Brasil, especialmente a extrema direita com o bolsonarismo. Apesar de, no contexto atual, o Brasil ter eleito um presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), a direita e extrema direita continuam cada vez mais firmes e em ascensão.

⁹ Donald Trump em 2024 ganhou mais uma vez as eleições presidenciais nos Estados Unidos da América utilizando as estratégias da extrema direita.

SEÇÃO 2: SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: BREVES PONTUAÇÕES HISTÓRICAS

Este capítulo apresenta breves apontamentos sobre as protoformas da profissão, seu movimento de reconceituação, sendo este último um dos mais importantes para o Serviço Social, pois é a partir dele que a profissão começa a dar seus passos em direção ao um Serviço Social crítico, propondo assim, uma intenção de ruptura com as práticas tradicionais herdadas da Igreja Católica.

Pontua também sobre documentos importantes que são as bases do Projeto Ético-Político do Serviço Social e, ainda, apresenta algumas breves reflexões referentes a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), o Código de Ética do/a Assistente Social (1993) e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Abepss (1996).

2.1- Serviço Social no Brasil: das protoformas ao movimento de reconceituação

As protoformas do Serviço Social se dão a partir da ação da Igreja Católica, com suas obras e instituições, as quais começam a surgir no final da Primeira Guerra Mundial. Inicialmente, para entender esse momento no Brasil é necessário compreender o que estava ocorrendo fora dele, haja vista que, como diz Iamamoto e Carvalho (1982), no plano externo surgia a primeira nação socialista, com a União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS). Na Europa o movimento popular operário estava em plena mobilização e começaram a surgir as escolas de Serviço Social nos países europeus. No plano interno, durante os anos de 1917 a 1921, sucederam os movimentos operários, os quais “[...] tornaram patente para a sociedade a existência da “questão social” e da necessidade de procurar soluções para resolvê-la, senão minorá-la.” (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 166).

Com o fim da Primeira Guerra Mundial surgem as instituições assistenciais, “[...] Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo, possuem já — não apenas no nível da retórica — uma diferenciação em face das atividades tradicionais de caridade.” (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 166). De acordo com esses autores, o surgimento dessas instituições são o ponto de partida para a fase do movimento de “reação católica”, para a implementação da base do pensamento social e da doutrina do apostolado laico. Segundo Iamamoto e Carvalho (1982), esse movimento tem um

viés social, não pretendendo mais ser somente uma ação de socorro imediato, mas sim uma concepção de assistência preventiva para responder e diminuir as sequelas provocadas pelo desenvolvimento capitalista, ainda mais em relação a mulheres e crianças.

Conforme Iamamoto e Carvalho (1982), a Confederação Católica, fundada em 1922, tem uma grande importância histórica visto que ela centralizou e incentivou as primeiras iniciativas do apostolado laico e foi a precursora da Ação Católica.

A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Se sua ação concreta é extremamente limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social. A Sra. Estella de Faro, por exemplo, considerada como a grande pioneira do Serviço Social no Rio de Janeiro e figura preeminente da Ação Social na década de 1930, é, em 1922 — na qualidade de elemento de confiança de dom Sebastião Leme — a primeira coordenadora do ramo feminino da Confederação Católica. (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 167-168).

A primeira Escola de Serviço Social do Brasil surgiu em São Paulo, no ano de 1936, a qual, segundo Iamamoto e Carvalho (1982), teve como pilar para sua manifestação original o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), criado em 1932. O surgimento desse centro se deu por meio de incentivos e do controle da hierarquia da igreja, a Ação Católica queria tornar mais efetiva as obras filantrópicas, por isso a realização do centro. O curso ofertado que deu início a suas atividades do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), de forma oficial foi o Curso Intensivo de Formação Social Para Moças, o qual era integrado por mulheres das famílias tradicionais de São Paulo. O CEAS tinha como objetivo,

[...] promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais” visando “tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais” e “adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social. (PUC, s.d. *apud* Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 169).

O CEAS fundou 4 centros operários, os quais tinham como objetivo atrair as operárias e, assim, ter contato com as classes trabalhadoras. Nesses centros eram oferecidas aulas de trabalhos manuais, como o tricô, e também desenvolviam atividades que estimulavam as mulheres a terem amor pelos lares,

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 172).

Conforme Iamamoto e Carvalho (1982), as atividades do CEAS se desenvolviam em uma formação técnica especializada, que era utilizada pelas moças católicas das associações para uma intervenção em conjunto com o proletariado. Eram promovidos cursos voltados para a moral, doutrina social, legislação do trabalho, filosofia. O Serviço Social, em sua gênese, apoiou-se em valores morais, tradicionais, assistencialistas, além de ser visto como um campo do feminino, o qual define o papel da mulher como alguém que deve cuidar do próximo, produto da influência das ideias do patriarcado¹⁰, que tão fortemente influenciou a formação sócio-histórica brasileira.

No surgimento da profissão até a contemporaneidade, em sua maioria a categoria profissional dos assistentes sociais é composta pelo sexo feminino. Essa predominância feminina não é algo natural ou espontâneo, é uma característica imposta pela sociedade, historicamente patriarcal, que vincula a mulher ao papel de 'cuidado' que também foi submetido ao serviço social em sua gênese. (Guerreiro *et al*, 2020 *apud* Leite; Castro; Tomaz, 2023, p. 143).

Com a criação da Escola de Serviço Social, em 1936, nota-se que novas demandas começaram a surgir, uma delas, segundo Iamamoto e Carvalho (1982), é a fiscalização do trabalho de menores e mulheres, no Departamento Estadual do Trabalho. O que era um interesse somente da Igreja Católica passou a ser interesse de algumas instituições estatais também, no contexto de esgotamento do liberalismo.

Em 1938 foi organizada a Seção de Assistência Social, a qual tinha por finalidade o reajustamento de alguns indivíduos ou grupos. Um marco importante que ocorreu por meio do Governo do Estado de São Paulo foi “[...] a regulamentação do mercado de trabalho e da exploração da Força de Trabalho — para superintender a gestão da assistência social [...] reforçando e centralizando sua participação própria e regulando as iniciativas particulares.” (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 175).

¹⁰ Conforme Mattos *et al* (2022), o patriarcado é um processo estrutural e hierárquico das relações sociais, o qual atribui poder sobre os homens, poder esse utilizado contra as mulheres, querendo controlar seus corpos, assim como os espaços na sociedade, dessa forma causando desigualdade entre homens e mulheres.

O portador dessa qualificação não mais necessariamente será uma moça da sociedade devotada ao apostolado social. Progressivamente se transformará num componente de Força de Trabalho, possuindo uma determinada qualificação, englobada na divisão social-técnica do trabalho. (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 179).

Já no Rio de Janeiro, o Serviço Social deu os primeiros passos para o seu surgimento em 1936, por meio da Primeira Semana de Ação Social do Rio de Janeiro, este que na época era a capital da república e de acordo com Iamamoto e Carvalho (1982) concentrava os principais recursos da Igreja Católica, assim como a administração federal, concentrando a política e a economia, razões a partir das quais é possível afirmar que foi a partir desses acontecimentos que mais se desenvolveram os serviços básicos, incluindo serviços assistenciais, com participação significativa do estado.

Como grupo pioneiro para o Serviço Social, Iamamoto e Carvalho (1982) afirmam que o Grupo de Ação Social (GAS) surgiu por meio da Ação Social e do apostolado laico. O surgimento do Serviço Social a partir da Igreja Católica mostra como em sua gênese os profissionais agiam com o objetivo de “reajustar” o indivíduo, preservando e defendendo a moral.

Segundo Iamamoto e Carvalho (1982), a Constituição de 1934 preconizava o ensino religioso e a cooperação estreita entre Estado e Igreja, produzindo uma articulação entre Igreja, Estado e as classes dominantes para realizarem obras sociais com maior alcance. Sendo assim, foram criadas a Associação do Lar Proletário e o Instituto de Educação Familiar e Social, a primeira atuaria na construção de habitações populares, possuindo como presidente a primeira-dama da época, Sra. Darcy Vargas.

Com a expansão das obras sociais, nota-se que não era qualquer pessoa que poderia praticar a assistência, por isso ocorre

A necessidade de formação técnica especializada para a prática da assistência é vista não apenas como uma necessidade particular ao movimento católico. Tem-se presente essa necessidade, enquanto necessidade social que não apenas envolve o aparato religioso, mas também o Estado e o empresariado. (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 186).

Portanto, por causa da necessidade de profissionais capacitados para atuação nessas instituições, foram surgindo diversas escolas de Serviço Social a partir da década de 1940 nas capitais dos estados,

No entanto, até 1947, os dados disponíveis mostram que essas escolas ainda estão em estado embrionário, sendo que apenas a de Pernambuco havia alcançado a formação de sua primeira turma, com apenas uma diplomada.

A existência de Assistentes Sociais diplomados se limitará por um longo período quase apenas ao Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que mesmo aí seu número é pouco significativo. Até 1947, as escolas católicas de Serviço Social do Rio de Janeiro (masculina e feminina) haviam diplomado 40 Assistentes Sociais. As duas de São Paulo, 196, e o Curso de Trabalho Social da Escola de Enfermagem Ana Nery, 9, até 1949, não se possuindo o número exato dos formados pela Escola Técnica de Serviço Social, presumivelmente bastante reduzido. (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 188).

Ao analisar esse contexto de surgimento do Serviço Social no Brasil, Netto (1996) afirma que o Serviço Social como profissão surge vinculado às expressões da questão social¹¹.

o surgimento do Serviço Social como profissão — vale dizer, como prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada —, a sua vinculação com a chamada “questão social”. [...] não há dúvidas em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa, com as sequelas necessárias dos processos que comparecem na constituição e no evoluir do capitalismo, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como este se revelou no curso do século XIX. (Netto, 1996, p. 13).

A ação profissional dos assistentes sociais, como já pontuado, tem uma natureza filantrópica e assistencialista, justamente pelas especificidades de seu surgimento a partir da ação da Igreja Católica, que tinha o viés de reajustamento do indivíduo, da moral. A partir desses princípios, os profissionais deveriam se inspirar na caridade cristã, como diz a seção II do primeiro Código de Ética dos Assistentes Sociais, de 1947 (CFESS, s.d.).

O assistente social, no cotidiano, já atuava nas diversas expressões da questão social, porém como diz Netto (1996), ainda não compreendiam que os complexos problemas e mazelas que começaram a surgir tinham origem na sociedade burguesa, especificamente com o início do capitalismo monopolista e o crescimento das refrações da questão social. A forma de atuação para intervir nessas refrações eram os moldes que foram desenvolvidos pela profissão, “[...] na tricotomia caso/grupo/comunidade, ou na sequência estudo/diagnóstico/terapia/avaliação (contínua) — mostram-se inevitavelmente unilaterais e unilateralizantes, [...]”. (Netto, 1996, p. 91-92). Com isso, deixavam às escondidas a análise da totalidade, não analisando assim, a realidade do indivíduo ou grupo.

¹¹ Conforme Iamamoto (2010), a questão social se expressa a partir do aumento das contradições da sociedade capitalista, a qual materializa a naturalização das desigualdades sociais, com a diminuição do atendimento das necessidades humanas em comparação com o capital, processo esse que tem como resultado uma pobreza historicamente produzida pelo capital.

Relevantes para o Serviço Social brasileiro, constituem seus movimentos denominados de renovação, os quais, segundo Netto (2005), são identificados em três momentos, cada um com sua importância para a profissão: o primeiro movimento é denominado como perspectiva modernizadora, como segundo movimento temos a reatualização do conservadorismo e, por último, ocorre o movimento denominado intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora surgiu a partir de um encontro realizado em Porto Alegre, em 1965, o qual originou dois seminários importantes, o de Araxá (Minas Gerais, em 1967) e o de Teresópolis (em 1970), organizados pelo Centro Brasileiro de Intercâmbio e Cooperação de Serviços Sociais – CBCISS, ambos ocorridos no contexto da ditadura militar.

O seminário de Araxá, em 1967, contou com trinta e oito profissionais do Serviço Social, resultando na construção do Documento de Araxá. Esse encontro foi uma grande reflexão referente às práticas profissionais, as quais naquela época se caracterizavam como “[...] prática institucionalizada, o Serviço Social se caracteriza pela ação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas.” (CBCISS, 1986, *apud* Netto, 2005, p. 167).

Netto (2005), expõe que esse documento tem como direção o rompimento com a exclusividade do tradicionalismo, o que não se dá efetivamente, o que ocorre de fato é uma conquista do “tradicional sobre novas bases”. Uma das reflexões que provém de Araxá é sobre a metodologia utilizada nas funções da profissão,

Explorando as funções que se atribuem à profissão (cf. supra), o documento reconhece que elas se efetivam em dois níveis: o da micro e o da macroatuação. No primeiro, “essencialmente operacional” (CBCISS, 1986, p. 31), arrolam-se a administração e a prestação de serviços diretos; já “o nível de macroatuação compreende a integração das funções do Serviço Social no nível de política e planejamento para o desenvolvimento”. E essa integração, acrescenta-se, supõe “a participação no planejamento, na implantação e na melhor utilização da infraestrutura social” (idem, *ibidem*). É nestas passagens do documento — mais exatamente: dos parágrafos 49 a 60 — que a subsunção do “tradicional” ao “moderno” recebe o seu tratamento decisivo, resumido na valorização reforçada do “nível de macroatuação”; [...]. (Netto, 2005, p. 169).

Para Netto (2005), a contribuição fundamental do movimento de renovação conforme pontuado no Documento de Araxá, consiste na identificação do nível da macro atuação, o qual segundo ele orienta as reflexões do documento em relação ao passado tradicional do Serviço Social. Alerta, porém, que um limite das reflexões

ocorridas no seminário consiste no fato da profissão estar alinhada ao movimento de desenvolvimento do capitalismo, o qual acreditava-se que não era problemático por estar baseado na modernização econômica do período.

Não se pode negar a importância do Documento de Araxá, que se constitui na propositura de novos caminhos para a profissão, mas também persiste com a base profissional referenciada no funcionalismo, o que é possível perceber na transcrição abaixo:

Algo que também é explicitado sobre o documento está imbricado com a evolução do Serviço Social, de forma que a toda reflexão exercida no documento de Araxá se busca uma teorização, mas que o que realmente permeia por esta escrita não atende às expectativas planejadas, pois a teoria não atrasa, mas também não evolui. Seguindo nestes mesmos passos se expressa a busca pela modernização, que por sua vez se efetiva, mas que a prevalência neste momento continua sendo estrutural funcionalista, onde se vê o Ser Humano como desajustado. (Leorato, 2017, p. 29).

O seminário de Teresópolis reuniu trinta e três profissionais, e teve como prévia estudos referentes ao Documento de Araxá, centrado na “necessidade de um estudo sobre a Metodologia do Serviço Social face à realidade brasileira” (CBCISS, 1986 *apud* Netto, 2005, p. 175).

Sobre o Documento de Teresópolis, Netto (2005) afirma que a perspectiva modernizadora não se constituiu somente em concepção geral da profissão, mas essencialmente em uma pauta interventiva. O debate girou em torno dos fundamentos da metodologia do Serviço Social.

Para Netto, o seminário de Teresópolis equivale a uma adequação com a “modernização conservadora”, esta que foi realizada pelo Estado ditatorial, beneficiando assim o grande capital.

Anos depois desses seminários, aconteceram mais dois eventos no Rio de Janeiro, o de Sumaré (1978) e o de Boa Vista (1984). Conforme Leorato (2017), o seminário de Sumaré apresenta questões referentes ao atraso teórico do Serviço Social, tendo em vista o contexto da ditadura militar e os debates principais foram referentes à cientificidade, fenomenologia e a dialética. Em relação ao primeiro tema, ela nos diz que foram produzidos dois documentos, um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro. Informa ainda que o grupo paulistano seguiu um viés contemporâneo, o qual tinha a preocupação de que o Serviço Social ainda não tinha conquistado a cientificidade, já o “[...] grupo carioca enfrenta a problemática da

cientificidade, fixando-se na ciência como reguladora, como formalista.” (Leorato, 2017, p. 31). Relacionado aos outros dois temas, ela diz que,

Em relação à fenomenologia são realizadas conferências para esta discussão, direcionando mais especificamente, a fenomenologia tem como priori a transformação social, o diálogo. No último item se faz presente a dialética, sendo esta baseada nas concepções Marxistas, lembrando a perspectiva da ruptura com o tradicional. (Leorato, 2017, p. 32).

Ao fazer uma análise do movimento de reconceituação, até então ocorrido, Leorato (2017), afirma:

Uma das vertentes que emergiu no movimento de reconceituação foi a vertente modernizadora, esta possui características funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas, as quais podem ser definidas como o estudo dos subsistemas da sociedade. Outra vertente que se faz presente neste movimento foi a vertente inspirada pela fenomenologia, [...] que resumidamente se refere à priorização do diálogo e da transformação social. Por fim, seria inconveniente não falar da vertente Marxista, [...] que foi e ainda é uma vertente que influencia o Serviço Social de forma direta em suas ações. O Marxismo no início é refletido como uma vertente não configurada diretamente no pensamento de Marx, em razão de uma distorção de suas ideias pelos próprios profissionais, o que pode se chamar de “Marxismo vulgar”, mas ao longo dos anos esta inspiração foi sendo aprofundada e melhor compreendida. (Leorato, 2017, p. 32).

Para Netto (2005), dentro da perspectiva de renovação do Serviço Social brasileiro tem uma obscura questão, que seria a ruptura e a continuidade com o passado profissional, ou seja, o tradicionalismo. Esse conservadorismo não foi eliminado na perspectiva conservadora. Existe então essa dualidade entre uma renovação para um Serviço Social Crítico, mas que ainda mantém o conservadorismo. Encontrando-se então um novo combate, que seria

A empresa restauradora possível, portanto, deveria travar um duplo combate: deter e reverter a erosão do ethos profissional tradicional e todas as suas implicações sociotécnicas e, ao mesmo tempo, configurar-se como uma alternativa capaz de neutralizar as novas influências que provinham dos quadros de referência próprios da inspiração marxista. Fazê-lo, porém, supunha inovar na operação mesma da restauração — supunha reatualizar o conservadorismo, embutindo-o numa “nova proposta”, “aberta” e “em construção”. (Netto, 2005, p. 203)

Segundo Netto (2005), nessa fase da renovação do conservadorismo, se tem a característica da necessidade de serem feitas elaborações teóricas, isso quer dizer que, é fundamental a produção de conhecimentos que fundamentem o fazer profissional do/a assistente social.

Por último e não menos importante, temos a perspectiva “intenção de ruptura”. Conforme sinalizado por Netto (2005), começa seu surgimento na Academia, nos anos 1970, tendo como cenário principal a Escola de Serviço Social

da Universidade Católica de Minas Gerais, mas só ganha amplitude nos organismos e nos foros da categoria na década de 1980.

Nas suas expressões diferenciadas, ela confronta-se com a autocracia burguesa: colidia com a ordem autocrática no plano teórico-cultural (os referenciais de que se socorria negavam as legitimações da autocracia), no plano profissional (os objetivos que se propunha chocavam-se com o perfil do assistente social requisitado pela “modernização conservadora”) e no plano político (suas concepções de participação social e cidadania, bem como suas projeções societárias, batiam contra a institucionalidade da ditadura). O fato central é que a perspectiva da intenção de ruptura, em qualquer das suas formulações, possuiu sempre um ineliminável caráter de oposição em face da autocracia burguesa, e este tanto a distinguiu — enquanto vertente do processo de renovação do Serviço Social no Brasil — das outras correntes profissionais quanto respondeu pela referida trajetória. (Netto, 2005, p. 247-248).

O movimento da Escola de Serviço Social de Minas Gerais é um marco histórico importante para o Serviço Social, ficou conhecido como método de Belo Horizonte, constituindo-se na crítica dos estudantes ao conservadorismo do Serviço Social tradicional, sinalizando que as práticas dos profissionais naquele momento eram inadequadas diante da realidade que estava sendo vivida durante a Ditadura Militar.

De acordo com Netto (2005), a partir do momento que a classe operária começa a se inserir no cenário político, nota-se uma crise na autocracia burguesa, na Ditadura Militar, causando assim uma nova dinâmica de resistência democrática, o que abre um caminho para que o movimento intenção de ruptura possa ampliar seu raio de interlocução, saindo de discussões de pequenos grupos acadêmicos para os segmentos profissionais, considerando que “a perspectiva intenção de ruptura depende [...] de um clima de liberdades democráticas para avançar no seu processamento.” (Netto, 2005, p. 248).

É com esse movimento que a tradição marxista irá se inserir de forma significativa entre os assistentes sociais brasileiros, conforme Netto (2005), mas com os limites impostos pelo contexto de restrição de liberdades que o país ainda vivenciava

O Serviço Social se apropria das teorias marxistas, pois acreditavam em uma mudança social. Mas a leitura feita pelos assistentes sociais da época sobre o marxismo foi muito superficial o que causou uma concepção do assistente social como agente transformador da sociedade numa ideia de revolução. (Viana, Carneiro e Gonçalves, 2017, p. 5).

É imprescindível ressaltar a importância do movimento da Escola de Serviço Social de Minas Gerais, o método de BH possui um valor inegável na intenção de

ruptura, que foi além “[...] da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo[...]” (Netto, 2005, p. 276).

Conforme Netto (2005), o trabalho realizado pela equipe da escola de Belo Horizonte tinha como ponto principal a crítica em relação ao tradicionalismo, no contexto do desenvolvimento do sistema capitalista, o qual ocorre de forma particular em cada país. Por isso, foram utilizados três reservas como crítica ao tradicionalismo: o primeiro seria as ideopolíticas, que seria a neutralidade, onde suas funções estariam voltadas para a defesa de determinados interesses, praticando de fato uma atitude conservadora; a segunda é o teórico-metodológico, que seria a falta de elementos teóricos para orientar na atuação profissional, com uma visão “microscópica e mutilada do mundo”; por último se tem operativo-funcionais,

na perspectiva do tradicionalismo, “os elementos constitutivos da ação metódica não são explicados claramente”; “o objeto é definido unilateralmente, ora referindo-se à realidade objetiva, ora à realidade subjetiva”; “não existe a preocupação de se delimitar as áreas prioritárias de atuação”, escolhidas tão somente segundo o “critério de localização dos indivíduos, grupos ou comunidades”; enfim, o que compete ao Serviço Social tradicional é “eliminar as disfunções, os problemas de desadaptação, as condutas desviadas” (Netto, 2005, p. 277).

Considerando que o movimento de renovação do Serviço Social se deu em um contexto no qual o país se encontrava em uma Ditadura Militar, é possível afirmar que ela foi se transformando em uma profissão de resistência. Com a redemocratização do Brasil, segundo Dantas e Monteiro (2019), o Serviço Social se encontra em um solo mais fértil para se aliar a classe trabalhadora, as lutas sociais, isso quer dizer, que a profissão, sendo “nesse momento, a categoria coletivamente, redefine seu posicionamento político junto à classe trabalhadora.” (Dantas e Monteiro, 2019, p. 3).

Uma concretização da importância da renovação da profissão é o Código de Ética do/a Assistente Social, subsidiado pela aprovação da Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993, sendo este código diferente dos anteriores: de 1947, 1965, 1975 e 1985, os quais tinham um viés conservador.

É importante ressaltar que as entidades organizativas dos assistentes sociais possuem um papel importante para adensar cada vez mais o seu Projeto Ético-Político, sendo elas: o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), Conselho

Regional de Serviço Social (Cress), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss).

Porém, conforme Dantas e Monteiro (2019), o cenário que o Brasil se encontra, quando o Projeto Ético-Político está se concretizando, é contraditório, pois é quando o neoliberalismo foca com ainda mais força na concepção do individualismo, aprofundando as desigualdades sociais, aumentando a concentração de riqueza e terra em posse da burguesia. O neoliberalismo ataca os direitos sociais, desmontando as políticas da Seguridade Social e, de acordo com as autoras, trazendo desemprego em massa.

Então no Brasil, há uma forte tendência, no desenvolvimento do papel coercitivo do Estado em transformar a “questão social” em caso de polícia, perpassando também, as inseguranças contemporâneas do trabalho. Com isso, a classe trabalhadora tem seu potencial de combatividade fragilizado, e nesse contexto regressivo, o neoliberalismo surge como modelo de Estado. (Dantas e Monteiro, 2019, p. 5).

Atualmente vivemos em uma sociedade onde o neoliberalismo atua, com um sistema capitalista operando cada vez mais, com fortes regressões em políticas sociais e com um avanço da extrema direita. Mesmo com tudo isso, o Serviço Social se mantém firme na defesa e viabilização dos direitos, por mais que as condições de trabalho sejam cada vez mais precárias e frágeis.

Portanto, a renovação do Serviço Social foi um marco importante, que aconteceu e acontece gradualmente. E por mais que muitas coisas tenham avançado em relação a sua direção progressista, a profissão ainda é vista por alguns com um viés assistencialista, ainda mais em cidades menores, sobretudo, quando há uma fragilidade no vínculo empregatício. Por isso, é importante que a categoria se mantenha firme para romper de vez com todas as características do Serviço Social tradicional.

O movimento de reconceituação teve um impacto significativo na formação e atuação dos assistentes sociais, promovendo uma maior crítica e reflexão sobre as práticas profissionais. No entanto, ainda existem desafios, como a resistência à mudança e a necessidade de formação contínua para adaptar as novas abordagens às realidades locais.

2.2- O Projeto ético-político no contexto atual

O projeto ético-político contemporâneo do Serviço Social é formado por um conjunto de documentos que promovem a defesa da democracia, da justiça social, dos direitos humanos, dos movimentos sociais e das minorias sociais. Os referidos

documentos são: a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), o Código de Ética do/a Assistente Social (1993) e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Abepss (1996), os quais, atualmente, são os que regem o fazer profissional do/a assistente social. Neste trabalho, iremos abordar cada um destes documentos.

A Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) preconiza sobre o Serviço Social enquanto profissão e permite o seu exercício em todo território brasileiro, aqueles que:

Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

II - Os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

III - Os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

Parágrafo único. O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei. (BRASIL, 1993, p.01)

É também a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) que define as competências do Serviço Social. Assim sendo algumas delas:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

V - Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; [...]

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; (Cfess, 1993, p.01).

Como já pontuado em item anterior, nos anos de 1930 e 1940 a profissão começou a se estruturar com a criação de cursos de Serviço Social, inspirados por modelos estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos e da Europa. Esse período foi marcado por uma crescente preocupação com as expressões da questão social, tais como a pobreza e a desigualdade, especialmente em decorrência da industrialização e das consequências da Grande Depressão.

A necessidade de regulamentação da profissão surgiu a partir da ampliação da atuação do assistente social em diversos setores e políticas sociais, incluindo saúde, educação e assistência social. As primeiras iniciativas para a regulamentação da profissão ocorreram nas décadas seguintes, com o movimento de criação de associações e conselhos de classe. Mas, foi nas décadas de 1960 e 1970 que o movimento pela regulamentação ganhou força, impulsionado por um contexto político e social de mudanças, como a redemocratização e a luta pelos direitos sociais.

Em 1973, foi criado o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), que desempenhou um papel crucial na defesa da profissão e foi fundamental para a sua regulamentação, contribuindo para a elaboração e implementação da Lei 8.662/1993, que define as competências e atribuições dos assistentes sociais.

Dentre as atribuições e importância do Cfess, registramos que ele atua na defesa dos direitos dos assistentes sociais e da população atendida, promovendo uma ética profissional comprometida com a justiça social e o combate às desigualdades, é responsável pela supervisão da formação acadêmica dos assistentes sociais, garantindo que os cursos atendam aos padrões necessários para a prática profissional. Além disso, atua como uma voz da categoria em âmbitos políticos, promovendo discussões sobre políticas sociais e defendendo a importância da atuação dos assistentes sociais em diversas áreas.

Enfim, a criação do Cfess foi um passo crucial para consolidar a profissão do/a assistente social no Brasil, promovendo não apenas a regulamentação, mas também a defesa dos direitos humanos e a luta por justiça social. Por sua vez, ressaltamos que a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, no Brasil, constituiu-se em um marco importante que reflete o reconhecimento da profissão e a necessidade de estabelecer normas para a atuação dos assistentes sociais. A lei não só formalizou a profissão, mas também garantiu direitos e responsabilidades aos assistentes sociais, contribuindo para a valorização e o reconhecimento da importância desse trabalho na promoção de justiça social e no atendimento às necessidades da população.

Pontuamos, então, sobre o Código de Ética Profissional do Assistente Social - CEP, o qual, de acordo com Maria Lúcia Barroco (2012), contém em si dois projetos: o profissional e o societário que defendem uma nova ordem societária que supere a presente, ou seja, que supere a ordem capitalista, esta que serve a ordem

burguesa. Defende a construção de uma nova ordem societária que defenda a justiça social, os trabalhadores, a democracia, as minorias e os movimentos sociais.

O Código de Ética do/a Assistente Social conforme os seus princípios fundamentais têm a liberdade como valor ético central, ou seja, preza pela “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (Cfess, 1993, p.23), reflete um compromisso com a dignidade humana e a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Os assistentes sociais desempenham um papel crucial em garantir que as vozes de todos sejam ouvidas e respeitadas, promovendo uma prática que valorize a autonomia e os direitos da população.

A liberdade é vista como um direito fundamental, essencial para o exercício da cidadania. O assistente social deve trabalhar para garantir que indivíduos e grupos tenham voz e possam fazer escolhas sobre suas vidas. Como é exposto em seu artigo 5º inciso a: “contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;” (Cfess, 1993, p.29). O fundamento de liberdade é tão defendido pelo CEP que é vedado ao assistente social “exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do/a usuário/a de participar e decidir livremente sobre seus interesses” (Cfess, 1993, p.30).

A democracia é um outro princípio central contido no Código de Ética Profissional do/a assistente social, uma vez que em seu artigo IV, faz a “Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;” (Cfess, 1993, p.23). Assim, declara que é dever do/a assistente social “abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;” (Cfess, 1993, p.27).

O Código de Ética do/a assistente social afirma, ainda, ser contrário a todas as formas de preconceito, especialmente ao declarar “[...] o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (Cfess, 1993, p.23). É possível afirmar, então, que o CEP se posiciona contrário a LGBTfobia, ao racismo, ao machismo, à misoginia e defende que o/a assistente social em seu fazer profissional, atue de forma combativa a estes preconceitos e não os reproduza no exercício profissional.

Dessa forma, o CEP mostra-se a favor da “Ampliação e consolidação da cidadania” (Cfess, 1993, p.23) assim, deve o assistente social, no seu exercício

profissional, fazer a defesa dos direitos sociais e políticos dos usuários, ou seja, da classe trabalhadora, da qual ele também é parte. O CEP faz também a defesa da classe trabalhadora, se posicionando [...] “em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (Cfess, 1993, p.23).

Outro documento relevante que constitui o Projeto Ético-Político do Assistente Social é as Diretrizes Curriculares da Abepss, que são um conjunto de orientações que regulamentam a formação dos assistentes sociais no Brasil. Essas diretrizes visam garantir a qualidade do ensino e a preparação adequada dos profissionais para atuar em diversas áreas do Serviço Social. Afirma que “O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.” (Abepss, 1996, p.05)

Na sequência, o instrumento produzido pela Abepss relata sobre os princípios e as diretrizes da formação profissional.

Este conjunto de diretrizes que estabelecem uma base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação em Serviço Social, a partir da qual cada Instituição de Ensino Superior (IES) elabora seu Currículo Pleno. Aquela base está pautada por um projeto de formação profissional, coletivamente construído, ao longo dos anos 80 e 90, sob a coordenação da Abepss. (Abepss, 1996, p.06)

Logo após é apresentada a nova lógica curricular, visto que foi necessária a elaboração de um novo currículo para o curso de Serviço Social por causa da modificação das relações sociais e das transformações nos processos de trabalho que a sociedade vivenciou entre as décadas de 1980 e 1990. Assim, como o Serviço Social é uma profissão que trabalha com as transformações sociais, foi necessário um novo ordenamento da formação profissional, a partir do pressuposto que a formação deve ser embasada em uma sólida fundamentação teórica, que inclui as ciências sociais, humanas e os saberes técnicos do Serviço Social. Isso permite que os futuros profissionais compreendam a complexidade das questões sociais.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Abepss (1996), para um projeto de formação profissional ser efetivo é necessário a articulação de diversos conhecimentos, a formação deve ser interdisciplinar, integrando saberes de diferentes áreas para que o assistente social possa atuar de forma integral nas intervenções sociais. Assim, organiza o currículo em diversos Núcleos de

Formação, que são: “1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2- Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.” (Abepss, 1996, p.08).

As Diretrizes Curriculares da Abepss também abordam sobre as matérias básicas, sendo elas: sociologia, ciência política, economia política, filosofia, psicologia, antropologia, formação sócio-histórica do Brasil, direito, acumulação capitalista e desigualdades sociais, política social, fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, processo de trabalho do Serviço Social, administração e planejamento em Serviço Social, pesquisa em Serviço Social e ética profissional.

Ainda, as Diretrizes Curriculares enfatizam a importância da articulação entre teoria e prática, promovendo estágios supervisionados e experiências práticas que possibilitem ao aluno aplicar os conhecimentos adquiridos em contextos reais, reafirmando que a formação deve incentivar uma postura crítica e reflexiva, capacitando os/as discentes a analisarem e compreenderem as realidades sociais, as políticas públicas e os fenômenos sociais que impactam a vida da população, comprometidos com a ética, a promoção dos direitos humanos e a justiça social, sempre respeitando a dignidade das pessoas atendidas.

Ademais, reafirma que a formação deve considerar a diversidade cultural, étnica, social e de gênero, preparando os assistentes sociais para atuar de forma inclusiva e respeitosa em diferentes contextos e que os cursos de Serviço Social estejam em constante atualização, incorporando novas práticas, tecnologias e conhecimentos que surjam na área.

SEÇÃO 3: PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA DIVERGÊNCIA AO AVANÇO DA EXTREMA DIREITA

O presente capítulo tem como objetivo pontuar algumas características que diferenciam o projeto ético-político do Serviço Social das ideias defendidas e divulgadas pela direita e extrema direita, focando em elementos como liberdade, democracia e diversidade. A partir desses aspectos é possível identificar as diferenças entre eles, reafirmando a importância do projeto ético-político do Serviço Social, assim como as barreiras para aplicá-lo no contexto atual.

O capítulo também aponta outras questões importantes, tais como o impacto que a extrema direita está causando no exercício profissional dos assistentes sociais, no contexto de ampliação das ideias do neoliberalismo e do neoconservadorismo¹². Assim como evidencia a importância dos/as profissionais possuírem um letramento crítico e serem resilientes frente a profissão.

3.1- Breves apontamentos sobre convergência e divergência entre o projeto ético-político do Serviço Social, direita e extrema direita

O Serviço Social como profissão, ao longo da sua trajetória histórica no Brasil, obteve uma conquista inegável, que é a construção do movimento que almeja a ruptura com o conservadorismo e, por mais que esteja em um nível caracterizado como tentativa, a trajetória de luta que foi traçada constitui um símbolo da vitória em relação ao Serviço Social tradicional, sendo ele o Código de Ética do/a Assistente Social - CEP (Lei 8662/1993). O/A assistente social cotidianamente se defronta com inúmeras demandas, uma profissão que em seu cotidiano é muito complexa por lidar com as manifestações da questão social, torna-se ainda mais a partir do momento em que a força política da extrema direita se consolida no Brasil alcançando o principal posto de autoridade política no país, a presidência da República.

O atual Código de Ética do/a assistente social afirma compromisso com os usuários, tendo como base aspectos importantes como a liberdade, a democracia, a justiça, a igualdade social, a cidadania (Cfess, 1993). O documento apresenta XI princípios fundamentais. O primeiro é sobre a liberdade, afirmada como valor ético

¹² De acordo com Barroco (2011, p.209), o neoconservadorismo busca reconhecimento por meio da “[...] repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana.”

central, o que pressupõe que os profissionais devem respeitar a “[...] autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.” (Cfess, 1993, p. 23).

Assim como a liberdade, há também a recusa do autoritarismo e a defesa dos direitos humanos. O CEP é um documento de suma importância para a profissão, sendo este um norteador para a atuação, por isso contém aspectos tão importantes, como a defesa pela liberdade dos usuários.

Em relação à liberdade para as ideias apontadas como dos movimentos que se caracterizam como de direita, Bobbio (1995) a define como libertário, em um momento de distinção entre ela e as ideias apontadas como dos movimentos que se caracterizam como de esquerda. A direita libertária defende a liberdade, mas a liberdade do capitalismo, do livre mercado, na defesa da propriedade privada. Conforme Medeiros (2018), a direita possui uma postura e propostas moderadas, tem como defesa a preservação de liberdades individuais, assim como apresenta críticas em relação ao estatismo. Afirmamos que, por essas motivações, vimos a agenda neoliberal ser inserida no Brasil, no contexto da redemocratização, nos governos de Fernando Collor de Mello (1990) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

A liberdade para a direita é voltada para o nível individual, defende a propriedade privada e o Estado mínimo. As definições de Bobbio para a direita enquanto inigualitária em relação a desigualdade, pode ser vista como algo bom para os que defendem suas ideias, afinal havendo uma sociedade desigual, que não pode ser mudada, que preserva as posições e os bens que determinam as classes sociais, e, em sendo esta desigualdade ineliminável, não tem por que defender a existência de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Assim como a liberdade, a democracia também constitui um valor ético-político central para o Código de Ética de 1993, sendo este um método exclusivo de organização político-social, o qual tem a capacidade de possibilitar valores essenciais para a sociedade, como a liberdade e equidade (Cfess, 1993). O CEP tem como defesa a democracia, sendo este o IV princípio fundamental, o qual defende a coletivização na participação política e na riqueza que é socialmente produzida, riqueza está construída pela classe trabalhadora, mas que não é a detentora dela.

Ademais, o Serviço Social enquanto profissão deve exercer posicionamento a favor da justiça e da equidade social, o qual “[...] assegure universalidade de acesso

aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.” (Cfess, 1993, p. 23).

A democracia defendida pelos movimentos que se caracterizam como de direita ou direitas, de acordo com Giordano (2014) *apud* Medeiros (2018), é baseada no “apelo ao consenso”, que seria a neutralização da força opositora, evitando assim sua ascensão. Isto se daria a partir de tensões desencadeadas pelas desigualdades políticas e sociais, assim como “na visão da direita governista, “monopolizar los recursos del Estado para construir una democracia aparentemente dialoguista” (Giordano, 2014, p. 54 *apud* Medeiros, 2018, p. 218).

Para Medeiros (2018), a democracia defendida pelos ideais da direita aponta na direção da desmobilização popular e a restrição a essa democracia, nos aspectos jurídicos formais. Com a inserção da agenda neoliberal, a qual já foi citada algumas vezes nesse trabalho, observa-se uma influência direta no tema da democracia. A partir de uma análise feita sobre o sistema democrático na perspectiva defendida pelo Instituto Millenium¹³, o qual divulga o pensamento neoliberal no Brasil, ele diz que,

[...] o sistema democrático segundo o Instituto, se restringe a um tipo específico: associado à propriedade privada, à livre iniciativa, à existência de um Estado mínimo e à proposição de um sistema marcado por uma democracia representativa que se oporia ao que denominam por ‘democracia direta’. [...] Nesse sentido, democracia para os membros do Instituto significa economia de mercado, propriedade privada e livre iniciativa. Qualquer projeto político que se apresente atacando esses princípios são rotulados de antidemocráticos. [...] São argumentos que retomam em grande medida o projeto político de boa parte dos articuladores de 1964. (Mendes, 2014, p. 159 *apud* Medeiros, 2018, p. 226).

Para os que se coadunam como de direita, a democracia tem que estar envolvida na defesa dos direitos individuais, tendo um estado que interfira o mínimo possível na economia e na sociedade, sendo ela um tipo de democracia que defende o processo eleitoral, mas que possui uma baixa representatividade (Medeiros, 2018). Acresce que,

A desmobilização popular, portanto, fundamenta uma visão elitista e direitista da democracia, em geral, mais afinada com o inigualitarismo do que, propriamente, com o igualitarismo defendido entre as esquerdas (ARAUJO, 2004). De qualquer maneira, as direitas não se utilizam, em absoluto, dos mesmos discursos ou das mesmas estratégias de ação política. Em alguns casos, atuam no campo institucional e/ou partidário,

¹³ Conforme informações disponibilizadas no site do Instituto Millenium, ele foi fundado em 2005 e atua como um think tank, o qual defende uma sociedade livre, de liberdade individual, economia de mercado, Estado de Direito e democracia representativa. Sua preocupação maior se dá pela economia, com os interesses do mercado.

buscando interferir diretamente na formulação de políticas públicas. Em outros, adotam a via dos movimentos sociais, buscando sensibilizar o maior número possível de pessoas para as suas pautas, valores e/ou projetos políticos. (Medeiros, 2018, p. 227).

O Código de Ética Profissional do/a assistente social traz questões importantes, como o respeito à diversidade, a inclusão de grupos que, infelizmente, são discriminados pela sociedade, e defende um exercício profissional posicionado na luta pela eliminação dos preconceitos. Sendo um exercício profissional que não deve, nem pode ser, discriminatório, seja por orientação sexual, identidade de gênero, classe social, idade, condição física, religião, etnia, seja qual for, devem ser respeitadas (Cfess, 1993).

Para Bobbio (1995), a direita tem como função preeminente a tradição, sendo esta uma de suas raízes estruturais, juntamente com o conservadorismo, “Nada fora e contra a tradição, tudo na e pela tradição.” (Bobbio, 1995, p. 80). Como já citado anteriormente, o autor em questão caracteriza a concepção defendida pela direita como inigualitária, ou seja, para ela a desigualdade é natural e não social e não pode ser eliminada. Diante das definições que a direita tem, fica explícito que a diversidade é uma pauta que não tem espaço na sua agenda, a partir do momento que é “tudo na e pela tradição”, o que estiver fora dessa tradição que tanto defendem, não serão aceitos.

Medeiros (2018), em seu texto sobre as direitas (plurais em nível ideológico e de atuação), traz a fala de Atílio Boron (2010), o qual afirma que as direitas reagem contra as transformações sociais e ampliação de direitos, assim como criminalizam segmentos populares. No entanto, afirma que a sociedade é tão diversa, com tantas raças, religiões, culturas, orientações sexuais, identidade de gênero, com variadas configurações de famílias, onde cada um/a tem direito ao seu lugar, não um lugar de desigualdade ou discriminação, mas sim de respeito, direitos, inclusão.

De acordo com Adorno (1984), é difícil a conceituação sobre o que seria liberdade, porém, mesmo frente a essa dificuldade teórica, afirma ele que a sua conceituação é importante, mas, somente ela não é suficiente se não houver o questionamento sobre as condições estabelecidas para a sua concretização.

Assim, segundo Juliana Chaves,

Pode-se afirmar que, por mais que a indagação sobre a existência da liberdade seja difícil de ser respondida, ela não deve deixar de ser feita e nem sua resposta deve se basear em critérios imediatistas ou desejos legítimos, pois a urgência de pensá-la não pode nos inclinar a uma resposta

forjada ou forçada, quando não há nenhuma verdadeira a obter. (Chaves, 2010, p.438)

Para Adorno (1984), o conceito de liberdade possui princípios fundamentais que está atrelado ao conceito de justiça, de moral e também perpassa pela universalidade e pelo que é particular considerando que, segundo esse autor, na vida em sociedade esses dois conceitos podem se confundir. Contudo, conforme Juliana Chaves, “Como na realidade social os interesses particulares não se colocam como interesse universal, geralmente a resolução da ambivalência da moral acontece por meio do relativismo individual”. (Chaves, 2010, p.441.)

Conforme Huntington (1957), o Brasil é historicamente conservador, logo, o país apresenta um cenário profícuo para os ideais da extrema direita se propagarem, como por exemplo o “fetiche da militarização” teorizado por Theodor Adorno (2020) , a defesa da família patriarcal que acaba promovendo, de modo intencional pelos extremistas de direita, ataques contra a comunidade LGBTQIAPN+, ataques étnico-raciais, xenofobia, ou seja, ataques a todas as minorias sociais existentes no Brasil.

Além de tais apontamentos, vale ressaltar que a extrema direita é contra a liberdade democrática, uma vez que defende um passado ditatorial. Assim, o projeto ético-político do Serviço Social se mostra contrário a esse posicionamento da extrema direita, visto que tem em sua centralidade a defesa intransigente da democracia e da liberdade sendo a favor dos direitos humanos e contra o autoritarismo.

O conservadorismo histórico presente no Brasil prega o culto ao passado. A extrema direita tem o mesmo viés promovendo um apelo ao passado mítico, dito por Stanley (2019) e Adorno (2020).

Por sua vez, o projeto ético-político profissional do assistente social inicialmente foi fundado tendo como base o conservadorismo. Contudo, com o processo do movimento de reconceituação vem promovendo um movimento contrário, posicionando-se atualmente na defesa radical da democracia e contra qualquer forma de preconceito e exclusão.

Embora a profissão tenha surgido com influência católica, no contexto atual, o projeto ético-político defende o pluralismo religioso, a liberdade de expressão religiosa, ao contrário da direita brasileira e da extrema direita, que atualmente,

esses encontram-se próximos do protestantismo e se mostram intolerantes a outras religiões, principalmente as de matrizes africanas.

Por sua vez, a justiça social defendida e promovida pelos assistentes sociais não se aproxima do ideal dos extremistas de direita, que abominam os direitos sociais conquistados, e a direita não tem como prioridade a viabilização de direitos sociais, apenas mantem os já existentes.

3.2- O impacto da extrema direita no Serviço Social

Nos últimos anos o cenário político brasileiro teve muitas reviravoltas, estas que, por sua vez, interferem na sociedade, na classe trabalhadora e, conseqüentemente, na atuação dos/as assistentes sociais. A extrema direita conquistou espaço e se expande cada vez mais, com uma atuação política que diverge do projeto ético-político do Serviço Social, a partir do momento que se tem uma política moralizante, neoconservadora, que criminaliza a diversidade, cerceando direitos.

Entretanto, assim como qualquer outro/a trabalhador/a, o/a assistente social vive uma realidade de trabalho assalariado, está inserido/a na divisão sociotécnica do trabalho em uma sociedade capitalista e sofre os rebatimentos dessas ideias e das políticas públicas que são construídas e se conformam segundo esses princípios da direita e da extrema direita.

Conforme Chagas e Vale (2020), o/a trabalhador vende sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência, então o que poderia ser um processo de libertação e autorrealização, passa a ser um processo de alienação e subordinação ao lucro atendendo aos ditames da sociedade capitalista. No contexto atual ocorre a desregulamentação, flexibilização e precarização dos processos de trabalho, o que não está alheio a realidade dos/as assistentes sociais, ainda mais com a ascensão da extrema direita organizada e com um sistema capitalista cada vez mais agressivo.

O aumento da exploração e precarização do trabalho, a focalização das políticas sociais, a desresponsabilização do papel do Estado conduzida pelo receituário neoliberal, a reconfiguração das formas de contratação, os efeitos da(s) crise(s), o avanço das ideias (neo)conservadoras, o aumento do controle e da repressão do Estado sobre os trabalhadores, dentre outras expressões do atual domínio capitalista sobre os trabalhadores, estão sendo cada vez mais decisivos – no caso do Serviço Social – para uma perda maior de autonomia, para a fragilização da construção coletiva de enfrentamentos e resistências e conseqüentemente para uma desarticulação de condições que possibilitem uma afirmação cotidiana do projeto ético-político, com reflexos na dimensão técnico-operativa. (Chagas e Vale, 2020, p. 36).

Com o avanço da extrema direita, do neoconservadorismo e das ideias neoliberais, o Serviço Social vê sua autonomia reduzida, se insere em processos de trabalho cada vez mais precarizados, com seus direitos também flexibilizados. Sendo uma profissão extremamente desvalorizada em termos salariais, além de ser caracterizada pelo senso comum como uma profissão que “faz caridade”, “ajuda” à população pauperizada, características que não foram rompidas no imaginário de alguns segmentos políticos.

Com a regressão que vem acontecendo em diversas áreas das políticas sociais, é possível afirmar que o neoconservadorismo impacta na atuação profissional dos/as assistentes sociais, sendo uma profissão que tem suas raízes no conservadorismo e que não rompeu completamente com essa característica. Essa volta do conservadorismo organizado politicamente com tanta intensidade acaba disseminando “[...] velhas fórmulas apriorísticas, tecnicistas, reiterativas do Serviço Social conservador, com novas roupagens.” (Chagas e Vale, 2020, p. 36). Essa permanência do conservadorismo que ainda existe no Serviço Social e que se acentua mais com a ascensão da extrema direita, é

[...] fruto de múltiplos fatores, que incluem desde a formação sócio-histórica brasileira e a cultura autocrática própria da nossa condição de país de capitalismo dependente, racista, patriarcal e elitista, passando por décadas de neoliberalismo, o qual incide em mazelas não somente no viés econômico, mas que imprime uma racionalidade que favorece conservadorismos. (Keller, 2023, p. 193)

Essa ascensão do conservadorismo, o qual de acordo com Keller (2023), tem trazido severas repercussões para a dimensão ético-política da profissão, pois os/as assistentes sociais não estão imunes ao pensamento conservador, além do mais as regressões de políticas públicas, limitando direitos sociais vão em confronto com a atuação profissional, mas que o coletivo dos assistentes sociais não está isento de sofrer influência de tais práticas.

Conforme Keller (2023), existem elementos exógenos e endógenos que retratam a persistência histórica da influência do conservadorismo. Em relação ao elemento endógeno, caracteriza-se pela fragilidade na formação, assim como no exercício profissional e na produção de conhecimentos, diante de uma realidade que exige que os profissionais atuem cada vez mais de forma imediatista, produtivista e mercantil. Em relação ao elemento exógeno, se destaca a estratégia capitalista que adotou aspectos neoliberais na economia e o conservadorismo

diante dos aspectos socioculturais, com a defesa dos interesses das classes dominantes, a classe trabalhadora enfrenta os cortes de seus direitos, como forma de continuidade a reprodução do capital. Nesse contexto, “[...] assistentes sociais são chamados pela institucionalidade a cumprir funções cada vez mais fiscalizatórias e excludentes, quando não punitivas, aos grupos que supostamente representem ameaça aos referidos preceitos.” (Keller, 2023, p. 194).

Para Keller (2023), exemplo dessa investida foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, a qual limitou o teto de gastos públicos, aliada às (contra)reformas trabalhistas e a previdência, sucateando a Assistência Social e a Saúde, acentuando ainda mais as desigualdades sociais e a pauperização da população subalterna.

De acordo com Barroco (2015), nos anos 1970, um destaque do ideário do conservadorismo é a ordem, essa visão da moral criminaliza as expressões da questão social como consequências de uma degradação da moral, sendo vista como um problema. Nos anos 1990 ainda ocorre o destaque da moral, a questão social volta a ser tratada como caso de polícia. Com isso, se tem a moralização punitiva, a qual segundo a autora, “[...] uma visão simplista que divide o mundo entre bons e maus, entre corruptíveis e incorruptíveis [...]”. (Barroco, 2015, p. 630).

As demandas do Serviço Social surgem a partir das expressões da questão social, estas que por sua vez são resultados das desigualdades engendradas pelo modo de produção capitalista, e nos anos 1990 a questão social volta a ser vista como caso de polícia, com ascensão da extrema direita isso volta a acontecer,

No Brasil, desde o golpe de direita de 2016, exacerbado no desgoverno do capitão reformado protofascista de Jair Bolsonaro, expressa o reacionarismo de extrema direita em que a ‘Questão Social’ volta a ser propagada como caso de polícia, remontando-se ao período histórico anterior aos anos 30, do século passado, com a proliferação ideopolítica atual de ídolos e mitos, de um simulacro, de negação dos valores humanitários e universais, na imantação do salve--se quem puder, em que a indústria cultural, os fake news, os cerceamentos e repressão às atividades políticas, públicas e coletivas à criminalização dos movimentos sociais traz em si a existência de uma vida moralizante e alienada, compatível com a negação da solidariedade. Se expandem cada vez mais a cultura do medo e do ódio, disseminando-se modos de vida pela autoajuda, pela fuga do mundo concreto e real, pela negação das determinações históricas e de classe. (Abramides, 2021, p. 26 *apud* Vale, 2023, p. 43).

Por mais que o Serviço Social tente romper com o conservadorismo, isso não ocorre. Além da sua gênese estar nele, a sociedade se encontra cada vez mais envolta dele, especialmente nessa nova era do neoconservadorismo. Cada vez mais, se torna complexo atuar em uma realidade onde a extrema direita opera juntamente com o neoliberalismo e o neoconservadorismo, com posicionamentos que impõem aos profissionais para que atuem de forma contrária ao projeto ético-político da profissão.

No exercício profissional, o Serviço Social é chamado a desempenhar tarefas policiais, nas desocupações truculentas de áreas de moradia, no deslocamento de moradores de rua e usuários de droga para lugar nenhum, na censura e no controle dos usuários, em especial nas instituições tradicionalmente conservadoras que envolvem de forma direta a moral e a família. (Barroco, 2015, p. 630).

Segundo Barroco (2015), às maiores pressões sofridas por assistentes sociais têm origem no campo sociojurídico, em forma de assédio moral, que tencionam a quebra do sigilo ou executar tarefas que não lhe cabem, como por exemplo realizar atividades que são de responsabilidade da justiça,

[...] como oferecer provas à justiça por meio de depoimentos e práticas de mediação; entregar prontuários à justiça, denunciar ou elaborar relatórios sobre os usuários, fornecendo detalhes a respeito de sua vida pessoal que podem ser usados para diversas formas de punição: desde a criminalização até a discriminação alimentada por preconceitos. (Barroco, 2015, 633-634).

São ações como essas que vão de encontro ao Código de Ética Profissional, solicitações e/ou informações que não cabem ao profissional realizar ou informar. Mas ainda, conforme Barroco (2015), o comportamento policialesco dos profissionais nem sempre vem de instituições, mas de sua própria orientação conservadora, querendo julgar e controlar a vida dos usuários, como exemplo ela expõe casos sobre decisões em relação a famílias que fogem dos comportamentos tradicionais, como casais homoafetivos.

As flexibilizações das mais diversas formas de trabalho, ocasionadas pelas estratégias neoliberais e pela reestruturação produtiva do capitalismo, geram formas de trabalhos cada vez mais precarizadas, não estando longe da realidade dos/as assistente sociais,

O trabalho de assistentes sociais, como parte integrante das relações sociais de trabalho na sociedade burguesa e do conjunto da classe trabalhadora e de suas lutas, não se autonomiza da dinâmica geral do mercado de trabalho. É possível observar que assistentes sociais experimentam, assim como os demais trabalhadores assalariados, a precarização do trabalho não protegido, a insegurança laboral, a baixa e incerta remuneração, a desproteção social e trabalhista, o assédio moral, o

sofrimento e o adoecimento decorrentes do trabalho, ou seja, a precarização do trabalho e da vida. (Raichelis, 2018, p. 52 *apud* Yazbek, Degenszajn, Paz, 2019, p. 9).

De acordo com Yazbek, Degenszajn e Paz (2019), o atual cenário político tanto brasileiro como latino-americano, tem se mostrado desafiador para os profissionais e para as entidades profissionais associadas. Outro campo que também enfrenta a precarização é o acadêmico, a partir do momento que docentes são cobrados a produzir cada vez mais. Outros aspectos no campo da educação também são importantes, como a baixa qualidade da formação acadêmica,

A incorporação da razão instrumental e gerencialista nas políticas e programas sociais, incluindo a política educacional, degrada as condições de trabalho, precarizando os serviços sociais públicos ofertados à população. O empresariamento do ensino superior e a mercantilização do trabalho docente rebaixam a qualidade da formação acadêmica e profissional em todos os níveis, no ensino presencial e na EAD, na graduação e na pós-graduação, questões relevantes no debate sobre os desafios da formação profissional, tratadas por um dos artigos deste número. (Yazbek, Degenszajn, Paz, 2019, p. 10).

Diante de tudo que já foi exposto no referido trabalho é notório que ao passo que a extrema-direita ganha espaço no Brasil, o projeto ético-político do Serviço Social é ameaçado uma vez que, defende a promoção da justiça social, a universalidade de direitos, a defesa dos direitos humanos, ou seja, tudo aquilo que é contrário ao projeto societário proposto pela extrema direita.

No entanto, embora o contexto político adverso possa representar uma ameaça aos valores fundamentais do Serviço Social, como já exposto até aqui, os profissionais têm o potencial de se posicionar como agentes de resistência e transformação social, promovendo a defesa dos direitos sociais e a inclusão de grupos historicamente excluídos. A análise aprofundada das práticas, dilemas éticos e estratégias adotadas pelos assistentes sociais podem revelar caminhos para fortalecer a resiliência da profissão e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, mesmo diante de um contexto político desafiador.

Conforme Claudia Monica dos Santos,

os assistentes sociais podem escolher caminhos, construir estratégias político-profissionais, definir rumos para sua atuação e, com isso, projetar ações que demarquem claramente os compromissos éticos e políticos profissionais. Mas, para isso é preciso ter clareza para não cair no messianismo e nem no fatalismo.” (Dos Santos, 2013, p. 04).

Esse enfrentamento realizado pelos assistentes sociais é possível posto que, o atual projeto ético político do serviço social foi fundado historicamente alinhado

com a classe trabalhadora (Barroco, 2011,). Assim, os agentes atuantes desse projeto ético político possuem estratégias para defender a classe trabalhadora da extrema-direita.

Dessa forma é necessário que os/as assistentes sociais não se distanciem de seu pensamento crítico e estejam sempre se atualizando para que não caiam nas armadilhas da extrema direita e atuem de forma contrária aos princípios do projeto ético-político do Serviço Social. Portanto, é importante que os/as profissionais sempre estejam recorrendo ao Código Ética do/a Assistente Social de 1993, compreendendo os princípios fundamentais, suas atribuições, deveres, direitos e vedações. Sendo imprescindível, ainda, que durante a atuação os/as profissionais compreendam e utilizem as três dimensões da instrumentalidade do Serviço Social: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho focou em fazer breves apontamentos sobre o avanço da extrema direita no Brasil e sua contrariedade frente ao Projeto ético político do Serviço Social. O objetivo desta monografia foi identificar a relação existente ou não dessa contrariedade. Para tanto, foi traçado o trajeto de construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua concordância com a justiça social. Foi também investigado como o avanço da extrema direita no Brasil impacta a profissão do Serviço Social.

Durante esse estudo foi possível notar a existência da contrariedade entre o avanço da extrema direita e o projeto ético político da profissão. Vale dizer que, para abordarmos sobre a temática da extrema direita, primeiro foi necessário realizar um breve apanhado histórico e conceitual sobre a direita no Brasil.

Cabe ressaltar que a monografia é de suma relevância para a academia, uma vez que temas similares como o avanço do conservadorismo no Brasil são frequentemente abordados por diversos autores do Serviço Social e das Ciências Sociais como por exemplo: Maria Lucia Barroco e Armando Boito Jr que foram citados neste trabalho. No entanto, existem poucas pesquisas voltadas para o avanço da direita e da extrema direita no Brasil, posto que essa temática é relativamente nova, visto que a extrema direita no Brasil começou a se popularizar através das manifestações datadas a partir de 2013.

Para o Serviço Social enquanto profissão, o tema abordado também é relevante, uma vez que embora a profissão tenha surgido com as protoformas fincadas no assistencialismo, a partir do movimento de reconceituação o Serviço Social passou a defender a justiça social, a promoção de direitos e também a atuar na defesa de diversos grupos excluídos socialmente como os negros e os LGBTQIAPN+.

Esta monografia obteve como resultado que, frente ao avanço da extrema direita no Brasil, o trabalho dos assistentes sociais torna-se mais complexo, uma vez que a extrema direita tem em seu projeto político o ataque às minorias sociais. Contudo, este trabalho pontuou que mesmo frente às dificuldades impostas ao trabalho dos assistentes sociais pela extrema direita, os profissionais têm o potencial de se posicionar como agentes de resistência e transformação social, uma vez que seu projeto ético político vigente foi fundado historicamente alinhado com a

classe trabalhadora. Dessa forma, os agentes atuantes desse projeto ético político constroem estratégias para defender a classe trabalhadora dos impactos da extrema-direita nas políticas públicas. Assim, a análise das práticas, dilemas éticos e estratégias adotadas pelos assistentes sociais podem revelar caminhos para fortalecer a resiliência da profissão e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, mesmo diante de um contexto político adverso.

Por fim, considerando que a temática abordada nesta monografia é relativamente nova e não há muitas pesquisas sobre o avanço da extrema direita no Brasil e a relação com o Serviço Social, esta pesquisa pode servir como base para outras que venham a contribuir para o avanço da discussão sobre o tema, concordando ou não com as discussões aqui apresentadas. Bem como podem ser realizados artigos científicos, outros trabalhos de especialização e dissertações sobre a temática.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996.** Rio de Janeiro: **ABEPSS, 1996.**

ADORNO, Theodor. **Aspectos do novo radicalismo de direita.** São Paulo: Unesp, 2020.

ADORNO, Theodor. **Dialética negativa** (J. María Ripalda, Trad.). Madrid: Taurus, 1984.

BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, 2011.

BARROCO, Maria Lucia. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social.** Scielo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Bfwfs35RRvrQbKwTX9DhnNc/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BOITO JR, Armando (org.). Dilma, **Temer e Bolsonaro: crise, ruptura e tendências na política brasileira.** 1. ed. Goiânia-GO: PHILLOS ACADEMY, 2020. 170 p. v. 2. E-book (170 p.).

BOITO JR, Armando. O CAMINHO BRASILEIRO PARA O FASCISMO. **O CAMINHO BRASILEIRO PARA O FASCISMO**, Salvador, v. 34, ed. 021009, p. 1-23, 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 27 de Junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF, [1993]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm . Acesso em: 05 de out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social, com alteração introduzida pela Lei 12.3317, de 26 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm .

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, São Paulo: Lua Nova, n. 39, 1997, pp. 53-71.

CHAGAS, Juary Luís; VALE, Erlenias Sobral. A Dimensão Técnico-Operativa da Instrumentalidade do Serviço Social: Reflexões e Indicações da Literatura Crítica. In: ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral.; CAMELO, Renata Albuquerque. (Orgs.). **Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada.** Fortaleza: EdUECE, 2020.

CHAVES, Juliana Castro. O CONCEITO DE LIBERDADE NA DIALÉTICA NEGATIVA DE THEODOR ADORNO. **Psicologia & Sociedade**, Goiânia-GO, v. 1, n. 3, ed. 22, p. 438-444., 2010.

Código de Ética profissional do/a Assistente Social.

Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993. _____. Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993.

Código de Ética do Assistente Social comentado. Organização do Cfess. São Paulo: Cortez, 2012. BRASIL.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2019, Brasília. Anais [...]. Brasília: **Intenção de Ruptura com o Tradicionalismo no Serviço Social: Relevância Histórica e Atualidade**, 2020.

CRUZ, Sebastião Velasco e. **Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual.** In: CRUZ, Sebastião Velasco e;

KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org). **Direita, volver! Retorno da Direita e o Ciclo político Brasileiro.** São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2015.

DALLARI, Pedro. Fome no mundo compromete objetivos da ONU para 2030. **Jornal da USP**, 2023. Disponível em:

<https://jornal.usp.br/radio-usp/fome-no-mundo-compromete-objetivos-da-onu-para-2030/> . Acesso em: 10 ago. 2024.

D'AVILA, M. **E se fosse você?: sobrevivendo às redes de ódio** [s.l.] Instituto e se fosse você , 2020.

DOS SANTOS, Cláudia Mônica. **Projeto Ético-político do Serviço Social: a passagem do âmbito da possibilidade ao âmbito da efetividade.** Scielo, [s. l.], v. 1, ed. 1, 2013.

GOLDSTEIN, Ariel. A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional. In. BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. **Pensar as direitas na América Latina.** Alameda Casa Editorial, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **A SOCIEDADE BRASILEIRA EM MOVIMENTO: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais.** Scielo, Adorno CRH, Salvador, v. 27, ed. 71, p. 431-441, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Bfwfs35RRvrQbKwTX9DhnNc/> . Acesso em: 31 ago. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul De. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

KAYSEL, André. Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org). **Direita, volver! Retorno da Direita e o Ciclo Político Brasileiro.** São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2015.

KELLER, Suéllen Bezerra. A Dimensão Ético-Política da Instrumentalidade no Trabalho de Assistentes Sociais: Desafios Cotidianos no Contexto de Avanço do Conservadorismo. In: ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral; ALEXANDRE, Tainara. **Serviço Social, Instrumentalidade e Movimentos Sociais**. Fortaleza: EdUECE, 2023.

KURZ, Robert. **A democracia devora seus filhos**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

LACERDA, Marina. **O novo conservadorismo brasileiro de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LEITE, Ingrid Lorena Da Silva; CASTRO, Neyla Priscila De Araújo ; TOMAZ, Betiza Santos. O Trabalho do/a Assistente Social com Mães e Famílias Vítimas da Violência do Estado: perspectivas interseccionais e subversões cotidianas. In: ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral; ALEXANDRE, Tainara. **Serviço Social, Instrumentalidade e Movimentos Sociais**. Fortaleza: EdUECE, 2023.

LEORATO, Samara. O Movimento de Reconceitualização do Serviço Social Brasileiro. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 4, n. 01, p. 25-33, 2017. Disponível em: https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/SES_EaD/article/view/1814/902. Acesso em: 14 set. 2024.

LUHBY, Tami. 10% mais ricos controlam 76% da riqueza global; 50% mais pobres ficam com 2%. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/10-mais-ricos-controlam-76-da-riqueza-global-50-mais-pobres-ficam-com-2/#:~:text=Riqueza%20global%20e%20lacunas%20de%20renda%20s%C3%A3o%20enormes&text=Os%2040%25%20m%C3%A9dios%20por%20sua,mais%20pobres%20ganham%20apenas%208%25..> Acesso em: 10 ago. 2024.

MATTOS, Bruna Silva de. et al. A relação entre patriarcado e a gênese do Serviço Social. In: **XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, 17., 2022, Brasília, DF. Anais... Brasília, DF: CFESS, 2022. s.p..

MEDEIROS, Fabrício Ferreira. Por uma história das direitas. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 216–234, 2018. DOI: 10.30612/rehr.v12i24.8099. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/8099>. Acesso em: 27 jul. 2024.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOTÍCIAS, Senado. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil Fonte: Agência Senado. In: **NOTÍCIAS, Senado**. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil

Fonte: Agência Senado. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-ro-usseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil> . Acesso em: 4 set. 2024.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400007&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 29 ago. 2024.

REIS, Thiago. Dilma superou votação de Aécio às 19h32. In: **REIS, Thiago. Dilma superou votação de Aécio às 19h32**. São Paulo: Portal G1, 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/dilma-sup-erou-votacao-de-aecio-19h32-veja-grafico.html>. Acesso em: 4 set. 2024.

RIBEIRO, Débora. Ordem. **Dicionário Online de Português**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/ordem/> . Acesso em: 10 ago. 2024.

SANTOS, Maria de Marais dos Santos; VALE, Erlenias Sobral. Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social: Desafios da Articulação com os Movimentos Sociais. In: ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral; ALEXANDRE, Tainara. **Serviço Social, Instrumentalidade e Movimentos Sociais**. Fortaleza: EdUECE, 2023.

SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 2015, Florianópolis. Anais [...]. **Florianópolis: O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seu Reflexo no Exercício Profissional na Contemporaneidade**, 2017.

SOBRE NÓS. **Instituto Millenium**, 2023. Disponível em: <https://institutomillenium.org.br/sobre/>. Acesso em: 19 jan. 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; PAZ, Rosângela Dias. Desafios para o Serviço Social em Tempo de Avanços do Conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 7-12, jan/abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/WQy9xWmZRJVY8YFgsTQTdbm/#ModalArticles>. Acesso em: 06 nov. 2024.